Edição especial sobre a valorização da Amazônia

Selva

Uma revista da Amazônia para o Brasil

N.º 7 Ano de 1948

Diretor-Redator-Chefe - *PAULO BENTES*

Redatores: José Potyguara
Alves de Menezes
A. C. Ferreira Reis
Petrarca Maranhão
Roberval Cardoso

Gerente: J. T. Travassos

ÍNDICE

Paulo Bentes — "ADVENTO"
Leopoldo Péres — "Valorização da Amazônia"
Theodore Roosevelt — "As capitais da Amazônia"
João Botelho — "O valor da Bibliografia Amazônica"
Mauro de Campos — "O principal produto da Amazônia"
Lima Figueiredo — "O Porto de Manáus"
Antonio Martins — "As primeiras explorações do Rio Branco e a configuração de suas fronteiras"
José Jobim — "Noz do Brasil"
"A importância do Amazonas"
"Viagem parlamentar á Amazônia"
"Tavares Bastos e o futuro da Amazônia"
"Síntese da Amazônia"
"Imprevidência"
"Para não esquecer"
"Quer conhecer a Amazônia?"

CAPA de PAULO FERRAZ

Preço: **Cr$ 5,00**

Para qualquer consulta sôbre a Amazônia queira dirigir-se a esta revista. Ela informará com prazer.

AV. RIO BRANCO, 173 - 13.º - SALA 1301
CAIXA POSTAL 94 - LAPA - RIO

Trecho do rio Amazonas

Advento

PAULO BENTES

No momento em que os albores de uma nova idade começam a iluminar o vale do Amazonas — com a próxima execução de um grande plano valorizador — quero que minhas palavras sejam um augúrio feliz; também uma advertência.

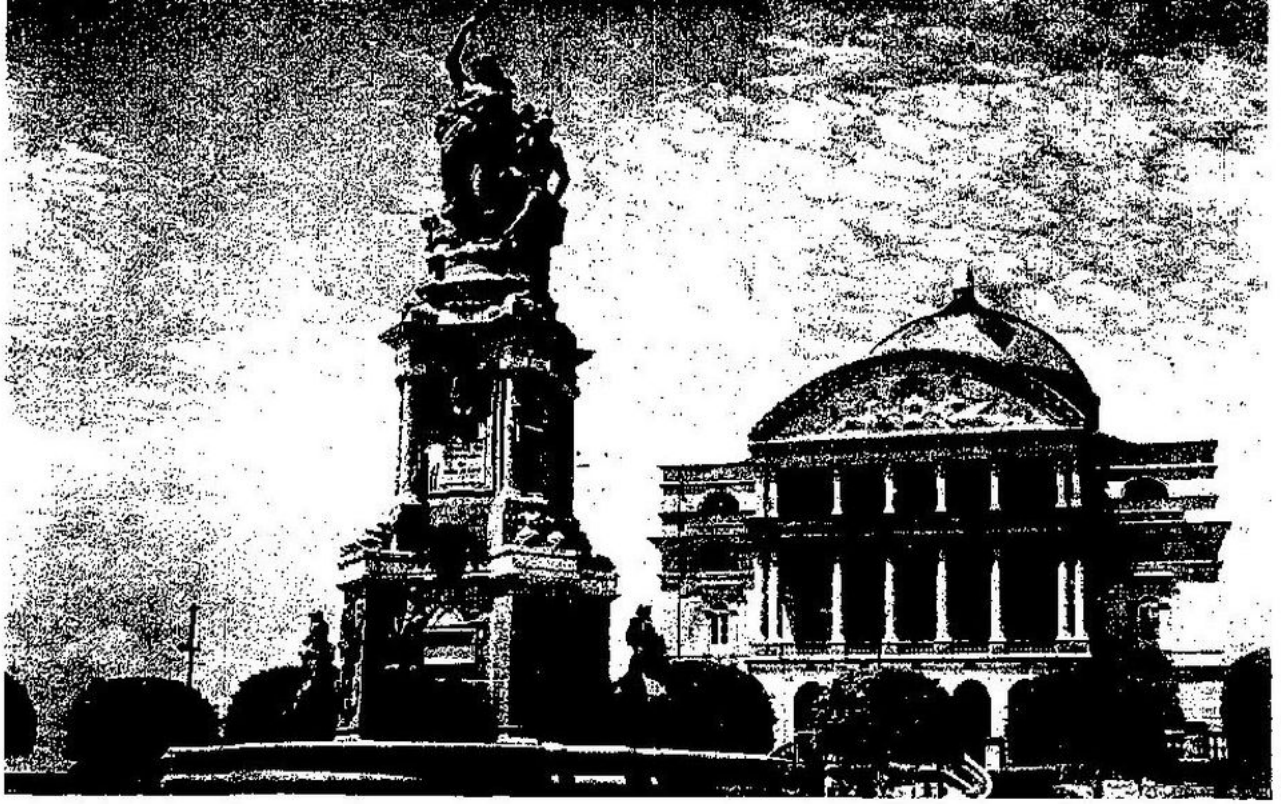
A todos os que nasceram, viveram ou se interessam pela Amazônia; aos que, de alguma forma, já se detiveram na cogitação do que representa para o Brasil, para as Américas e para o mundo aquele grande e inesgotável reservatório de riquezas naturais, cumpre olhar corajosamente a lição que oferece o passado, afastando-se o mais possível do seduzor terreno das utopias, para que possam entrar com segurança e sinceridade de propósitos na estrada simples das realidades — nua de atalhos, de desvios perigosos, tentadores e neutralizantes.

Mais de uma vez a imensa região foi objeto de escandalosas cogitações por parte do Poder Público.

Séries de leis foram baixadas aparentemente em seu favor; conferências se realizaram; nobres intuitos foram muitas vezes expostos; de outras vezes pura demagogia; e nós, da Amazônia, por muito tempo esperamos confiantes.

Vimos — tantas vezes! — a chegada de homens carregados de prestígio, ignorantes dos nossos problemas, e, alardeando pela imprensa trabalhos mirificos que iriam realizar...

O epílogo era sempre o mesmo: voltavam



Este é o mundialmente famoso Teatro Amazonas (Manáus). No primeiro plano o monumento comemorativo da abertura dos portos do Amazonas ao comércio universal. Cousas assim soube a gente amazônica realizar, exaltando e engrandecendo o patrimônio artístico e cultural do Brasil.

enriquecidos e prósperos enquanto a nossa terra, paciente, continuava esperando... e a gente carregando o pêso da descrença.

Com o tempo compreendemos que só em nós próprios poderíamos confiar. E, nessa confissão não vai nenhuma parcela de amargor; nenhum travo de ressentimento, por isso chegou a marcar a nossa alma prenhe de brasilidade e da mais fraternal tolerância para os que não souberam nos compreender e estimar...

A fé em nosso esfôrço — felizmente — rasgava sempre o véu de descrença que nos envolvia quando sofríamos os engôdos, periódicos de outrem. E, levantavamo-nos com decisão multiplicada de esfôrços para compensar o tempo que perdíamos, confiando nos que pareciam querer colaborar conosco.

E' um triste retrato o que estou apresentando... mas, tão impregnado de verdade, que deve ter pelo menos o mérito de constituir séria advertência à consciência dos homens que vão assumir as responsabilidades de realizar o novo e grandioso plano.

A Amazônia, bem merece o apôio do Poder Central.

Até hoje, em suas fases de prosperidade e até mesmo nas de decadência, tudo ela ofereceu ao Brasil, do qual tanto se orgulha fazer parte.

Época houve em que, sem receber a mínima retribuição material ou moral, sem fazer parte — como nunca fez — dos altos "Conselhos da República", a Amazônia chegou a arcar sózinha com a metade da receita da União.

Sómente o Estado do Amazonas, em 1910, concorreu com mais de quarenta por cento das exportações brasileiras.

Dessa época, falam expressivamente as cifras estatísticas: para 2 milhões e 736 mil contos que o Brasil vendeu de café no período compreendido entre 1901 e 1912, vendeu borracha da Amazônia na importância de 2 milhões 282 mil contos.

Foi sempre assim a colaboração amazônica...

Sempre entendemos que o mais que fôsse possível deveríamos dar ao Brasil, para a sua grandeza, para o seu desenvolvimento.

O Território do Acre, incorporado ao nosso patrimônio pela visão e pelo patriotismo de um Governador amazonense que forneceu armas, dinheiro, navios e gêneros para que reivindicassemos aquelas terras quasi indomáveis, em 15 anos apenas deu ao Tesouro Nacional um saldo de 84 mil contos, pois rendeu 116 mil para uma despesa própria de 32 mil.

Igualmente o Pará.

Entretanto, em nossos períodos de angústia, sentíamos que vivíamos sós; não recebia-

mos nenhuma retribuição ao dedicado esfôrço que sempre oferecemos.

Houve anos em que nenhum navio siquer subiu as águas do Amazonas demandando Manáus...

Tudo isso pertence ao passado. A êsse passado que temos o dever de não ignorar, principalmente hoje que movimentos se esboçam em outras terras para "descobrir" a Amazônia e por certo, mais tarde transformá-la numa Shangai americana.

Há exemplos que são de nossos dias — exemplos que se por um lado causam tristeza por outro devem estimular.

A Amazônia não é um país perdido, inútil, estéril.

Nas horas de dôr universal — quando as dificuldades de borracha ameaçam estrangular grandes povos — apela-se angustiada e apressadamente para a Amazônia; penetra-se a floresta dadivosa, rasgam-se veredas; marcam-se as árvores (que ainda são as nativas) para exaurí-las.

Esquece-se qualquer técnica; suga-se até a última gôta do sangue branco das seringueiras e... mal a tempestade de fogo e de sangue vai passando, os "Convênios" e os "Acôrdos" vão sendo denunciados; abandona-se a Amazônia à sua própria sorte e vai-se procurar borracha em outras procedências...

E' preciso que a maior e mais rica região brasileira, não continue a ser objeto de explorações subalternas.

Quanto eu desejaria não mais compará-la àquele Mandarim de Eça de Queiroz, que ninguém teria — como até agora relativamente a ela ninguém teve dentro do Brasil ou fóra dêle — constrangimento de apertar o botão, transmissor da morte, contanto que vantagens pessoais disso adviessem...

Esperemos uma vez mais.

A Constituição de 18 de setembro de 1946, manda que pelo menos durante 20 anos 3% da receita da União sejam empregados na valorização da Amazônia.

Obra de grande alcance patriótico, honra o corpo de legisladores que assim decidiu.

Essa é porém, ainda, a parte teórica.

Vamos iniciar a segunda etapa que, acreditamos todos, não se transforme em mais um engôdo, para acrescer aos que tão melancolicamente marcaram anteriores promessas de aproveitadores sôertes e impatriotas.

Acreditamos, não se desfigure o trabalho dos patriotas que fizeram a Carta Constitucional de 46. Que êles próprios mantenham integro o corpo e o espírito da obra que iniciaram; que não concorram nem permitam, na prática, seja neutralizado aquilo que no texto legal souberam corajosamente defender como idéia para conceder como realidade; que procurem conservar seus nomes, no livro da gratidão de um grande povo, não se deixando arrastar por fraqueza ou outro qualquer motivo à imposição dos assaltos que certamente virão contra a Amazônia.

Justamente porque conhecemos a sinceridade de propósitos que os levou a conceder tais atenções à região, acreditamos que o plano valorizador, como justo esfôrço de colaboração a um povo que tanto realizou sózinho, e realiza ainda, siga até final.

Grandes são, portanto, as responsabilidades dos seus executores perante a Nação e perante a gente Amazônica. Do seu esfôrço e do seu patriotismo, do seu empenho ou das suas desídias, o futuro falará para exaltar ou para condenar.

TAVARES BASTOS E O FUTURO DA AMAZÔNIA

Aureliano Candido Tavares Bastos foi sob todos os aspectos um dos homens mais notáveis do Brasil. Mais: pode ser considerado, com justiça, um dos maiores cidadãos do Continente Americano.

Escritor, Sociólogo, Político de larga visão, destemido e intransigente na defesa das causas que esposava, Tavares Bastos, foi, em sua época, menos um homem do presente que do futuro.

Foi um dos primeiros brasileiros que se aperceberam do Amazonas estudando-o como ninguém, àquela época; prevendo o seu futuro; compreendendo o alto destino do rio e das terras por êle banhadas; e, lutando sózinho contra todos — políticos, imprensa, govêrno, parlamento.

Deputado aos vinte e poucos anos, morto pouco depois, deu, entretanto, ao seu país e aos países limitrofes do Brasil amazônico uma contribuição inestimável de trabalho util, nobre e construtivo.

Bateu-se pela liberdade de navegação do Amazonas, para que se engrandecesse o Brasil; para que prosperassem e pudessem viver outros povos; para que não ficassem as possibilidades imensas da região, trancadas e inaproveitadas quando se tornavam já tão necessárias.

Tavares Bastos não era um lírico. Um simples idealista impregnado de teorias. Era homem de ação, de trabalho, de realizações, de visão clara das realidades. Encarava os problemas em seu sentido mais amplo, mais util e mais humano.

Assim foi a vida dêsse homem que viveu tão pouco. . .

Quando empregava seu maior esforço á causa da Amazônia, visitou-a; percorreu o seu interior; foi a paragens remotas e quasi desconhecidas.

Estudou-a com profundidade. Escreveu livros notáveis: — **"O Vale do Amazonas"**, as celebres **"Cartas do Solitário"**, **"A Província"** e outros mais. E, com a sua visão claríssima do futuro deixou essa frase profética:

— "O VALE DO AMAZONAS COLOCADO ENTRE DOIS OCEANOS E ENTRE A ÁSIA E A EUROPA, SERÁ O CENTRO DO COMÉRCIO DO MUNDO, COMO NAS VISÕES DE COLOMBO A AMÉRICA LHE APARECIA ENTRE DUAS GRANDES MASSAS DE ÁGUA EQUILIBRANDO A TERRA".

VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Deputado Leopoldo Péres
Presidente da Comissão Parlamentar
de Valorização Econômica da Amazônia

Não pretendo, muito de ânimo deliberado não pretendo, deixar-me empolgar pelo arrebatamento a que, via de regra, nos conduz a contemplação ou a simples evocação da Amazônia. Conheço de longa data, e por experiência própria, os riscos, as ciladas emotivas e intelectuais, a que se expõe quem quer que se abalance a exprimir, mesmo com o sentido das cruas realidades, o fascínio daquêle mundo diluvional. Porque a Amazônia, ainda desvestida dos seus mistérios; ainda quando observada diretamente nos múltiplos prismas da sua natureza prodigiosa e no drama, ainda mais espantoso, da sua história econômico-social, é motivo perene e, por assim dizer, irresistível, de eloquência e de poesia.

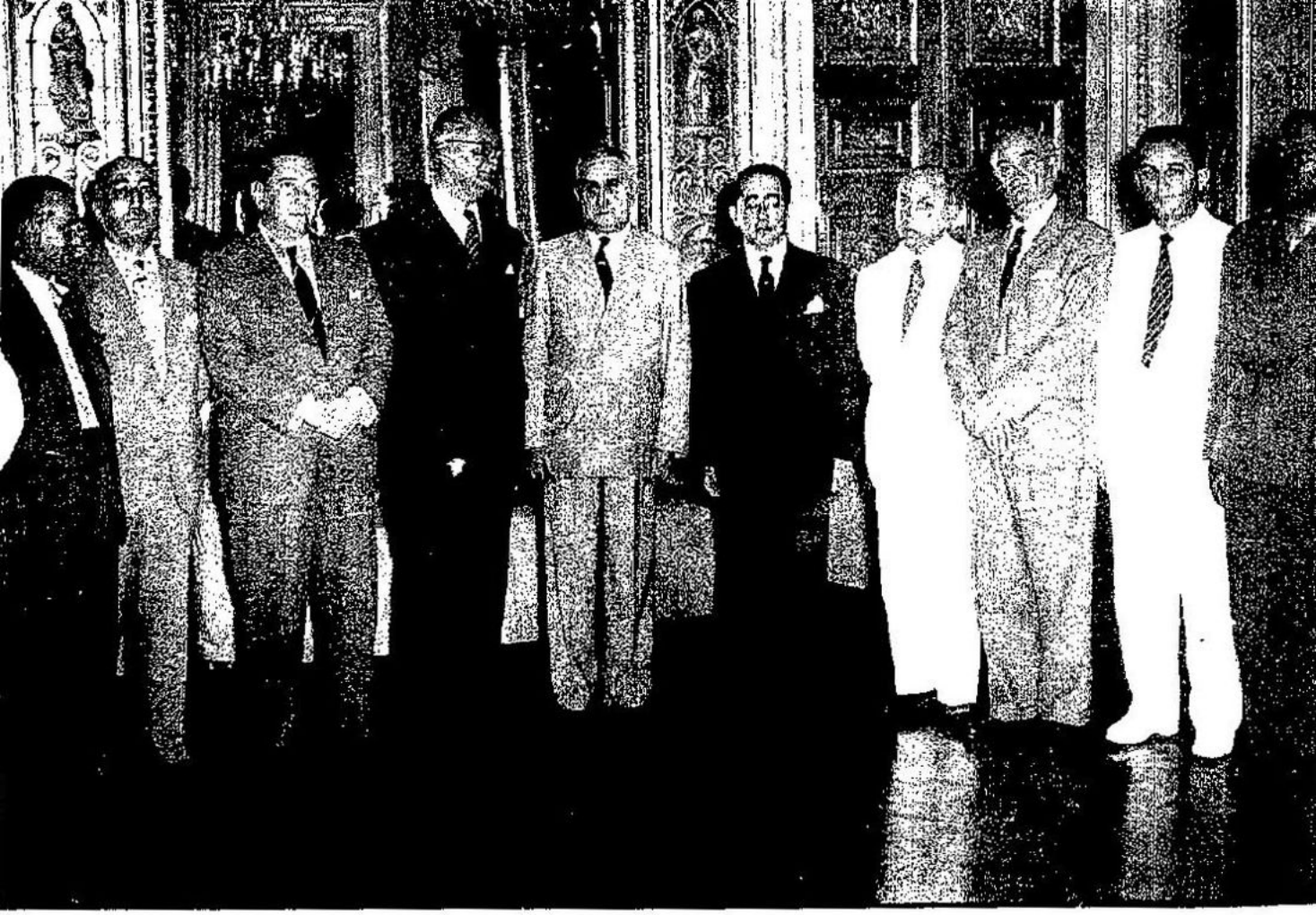
Todo o nosso esfôrço tem de se voltar, agora, para a consideração objetiva dos problemas da Amazônia, ou antes, para os tangíveis, concretos desdobramentos daquilo a que um sociólogo da moderna geração, o pernambucano Gilberto Osório de Andrade, chamou, com tanta propriedade e agudeza, o complexo antropogeográfico da Amazônia.

Óbvio é que ninguém ousará sustentar comportem os temas da Amazônia solução imediata, sequer um razoável equacionamento no curso de alguns poucos anos. Essa será tarefa para o esfôrço ininterrupto de várias gerações. Mas é indispensável que êles passem a constituir desde já, no seu conjunto, na escala dos seus valores assim econômicos como espirituais e políticos, no seu conspecto geral, um assunto brasileiro, de primeira plana, a fim de que possamos começar a resolvê-los, ainda que parcelada e gradativamente como se impõe.

Dizia uma vez Euclides, creio que no prefácio ao Inferno Verde, de Alberto Rangel, que quem quiser conhecer a Amazônia tem de renunciar ao propósito de descortiná-la. Terá de conhecê-la aos p o u c o s, fragmentariamente, analiticamente, para afinal tentar-lhe a síntese radiosa. "Escapa-se-nos, de todo, a enormidade que só se pode medir, repartida; a amplitude que se tem de diminuir, para avaliar-se, anotou o insigne painelador de "Os Sertões". E concluiu: "A inteligência humana não suportaria, de improviso, o pêso daquela realidade portentosa". Dá-se o mesmo em relação ao problema da Amazônia: êle terá de ser resolvido por etapas, à proporção que o permitirem as fôrças da nossa civilização, com o adminículo do braço e do capital alienígenas, a seu tempo e prudentemente utilizados. Mas reclama um programa a executar-se com firmeza. E sobretudo não pode ficar, como vem ficando, indefinidamente, para o dia de amanhã, pois que envolve um compromisso da nossa geração, da geração dos homens que orientam e presidem, nêste instante, os destinos do Brasil.

Não é possível, com efeito, que a Amazônia continue a ser o que sempre foi nestes quase sessenta anos de vida republicana, os quais, de resto, coincidem com o seu rápido e vertiginoso advento nos altos níveis da economia nacional. Não é possível que a Amazônia continue a ser, um atestado desabonador para o critério dos nossos estadistas, uma região quase mitológica, acêrvo apenas do lendário brasílico, terra ignorada, não raro vilipendiada e malsinada, e tanto mais brasileira quanto mais repulsada pelo Brasil, no insuspeito depoimento de Assis Chateaubriand.

Os estudiosos e pesquisadores mais sagazes de nossa evolução social e política não poucas vezes tem procurado alertar o país no concernente à imperiosa necessidade de encetarmos, sem maior demora, na base da experiência sociológica atual, o aproveitamento, a valorização econômica de tão vasta e inexplorada zona do solo americano, — a necessidade de reduzir-se, em têrmos de domínio efetivo e efetiva penetração humana, o anecúmeno amazônico.



Uma fotografia historica.
Visita dos parlamentares amazônicos ao Snr. Presidente da República.

VIAGEM PARLAMENTAR Á AMAZÔNIA

A Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia acompanhada de um grupo de Representantes de outros Estados, numa evidente demonstração do elevado interêsse patriótico que sempre a animou esteve em visita oficial à região Amazônica.

Teve aí oportunidade de entender-se diretamente com os seus governantes, com as Instituições de classe, debatendo publicamente os relevantes problemas do vale e dando, ao mesmo tempo às populações dos Estados e Territórios Amazônicos alta prova de sua consideração.

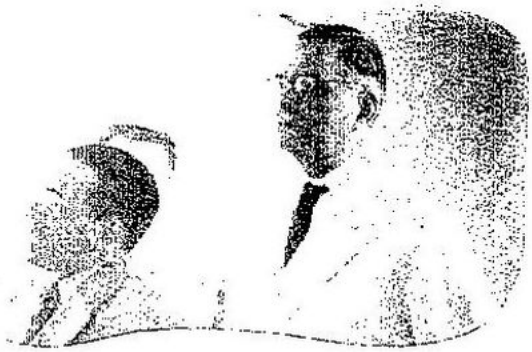
Foi sob todos os aspectos proveitosa essa viagem; colaborações tornaram-se mais efetivas; mais estreitos os vínculos existentes entre a Comissão e os órgãos de classe locais; e o povo amazônico teve oportunidade de manifestar o seu apreço aos dignos parlamentares que souberam trazer para a orbita dos grandes problemas nacionais aquela região — por si só a mais rica, a mais promissora e a mais empolgante do país.

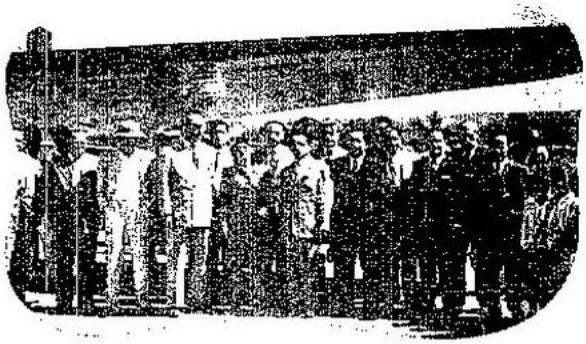
Inúmeras foram as homenagens prestadas a Comissão presidida pelo Sr. Deputado Leopoldo Péres — figura das mais expressivas do panorâma intelectual da Amazônia e autor do dispositivo constitucional que determina sejam aplicados 3% da Receita da União na valorização do grande vale.

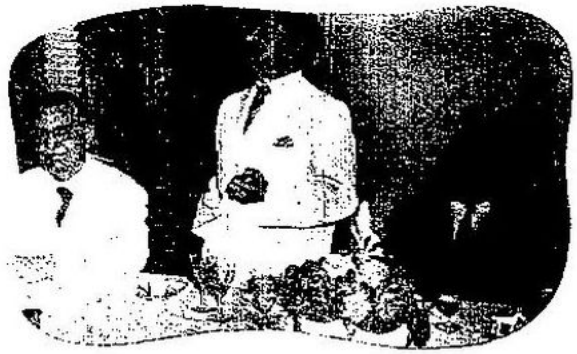
Efetivada essa medida; cumprido êsse dispositivo contitucional inspirado num alto motivo patriótico, a Amazônia começará a receber da União o cuidado e o carinho de que sempre se fez merecedora.

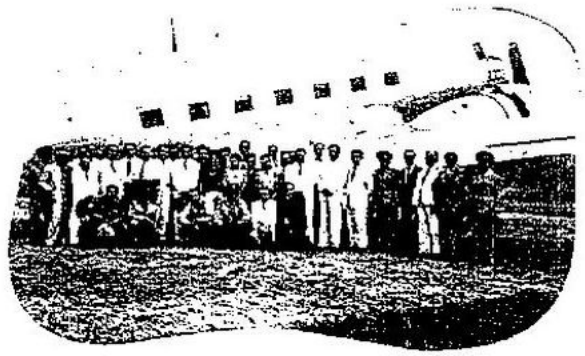
Integravam a caravana parlamentar além do Sr. Deputado Leopoldo Péres os Snrs. Deputados Agostinho Monteiro, João Botelho, Coaraci Nunes, Antonio Martins, Cosme Ferreira Filho, Epilogo de Campos, Domingos Velasco, Eduardo Duvivier, Vasconcelos Costa e varias outras personalidades de relevo na administração e na politica do país.

FLAGRANTES DA VIAGEM PARLAMENTAR









MANÁUS

As Capitais da Amazônia

Impressões do Ex-Presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos da América.

Manáus é uma cidade digna de observação. Está situada apenas a três gráus ao sul do equador. Sessenta anos atrás era simplesmente um aglomerado de cabanas ocupadas por índios e alguns cidadãos da classe mais pobre do país. Atualmente é uma grande, bela e moderna cidade, com teatro, bondes, bons hotéis, lindas praças, edifícios públicos e esplêndidas casas residenciais. O colorido das habitações e sua bizarra arquitetura lhe emprestam uma fisionomia de especial atração para nossos olhos de americanos do norte. Seu rápido desenvolvimento deve-se ao comércio da borracha, que atualmente está bem menos valorizada, mas, indubitavelmente, há de se normalizar e, de qualquer modo, o progresso da Amazônia, região rica e fertil, há de prosseguir, o que se dará com muito maior rapidez se se fizer sua ligação com o planalto que lhe demora ao sul.

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, é uma admirável ilustração do verdadeiro e quasi assombroso desenvolvimento do Brasil nestes últimos anos. E' uma bela cidade, quasi sob a linha do equador. Mas não é apenas uma cidade bonita: as docas, o serviço de pesca, os armazens, as lojas e casas comerciais, tudo isto reflete a solidez de seu comércio. E tão aseada, saudavel e bem policiada como qualquer cidade do mesmo tamanho na zona temperada do norte. São belos seus edifícios públicos e muito atraentes os particulares; há um ótimo teatro, um excelente serviço de bondes e um bom museu e horto botânico. Existem cavalariças, onde as luzes se manteem acesas a noite inteira para evitar morcegos vampiros. Os parques, os renques de palmeiras e de mangueiras, os restaurantes ao ar livre, a vida alegre à noite sob os flocos de luz, imprimem à cidade um particular encanto. Belém e Manáus são bem a revelação do que se pode realizar nos trópicos.

Theodore Roosevelt

BELEM

A Importância do Amazonas

(Assim se falava ha quase 100 anos . . .)

"As proporções que oferece o Amazonas para o comércio são realmente extraordinárias; o seu futuro é o mais brilhante que se poderá imaginar; ao toque do vapor, da colonização e da cultura, esta caudalosa corrente e a sua magnifica bacia fluvial poderão produzir um desenvolvimento tal de resultados industriais, que transformarão o vale do Amazonas em uma das mais encantadoras regiões sôbre a face da terra".

(Palavras de um oficial da Armada Americana, companheiro do Ten. Maury, 2.ª metade do Século XIX).

Pela foz do Amazonas é que mais de dois terços do comércio da América do Sul passarão algum dia.

Por aquela foz é que a maior parte dos povos, espalhados por aquele vasto continente há de passar exclusiva e livremente, hoje ou amanhã, quando se tratar das suas relações internacionais.

Por aquela foz é que a civilização há de penetrar no Continente Sul Americano, no dia em que se verificarem as palavras proféticas do mais ilustre dos verdadeiros sábios da nossa época, Alexandre de Humboldt, o qual escreveu: — "Ali é que, mais cedo ou mais tarde há de concentrar-se um dia a civilização do globo".

(Palavras de Emile Carrey publicadas no "Moniteur Officiale" de Paris, em 14-11-1858).

ANTONINI & CIA. LTDA.

Rua Riachuelo, 401 - RIO DE JANEIRO - Tel. 32-4980

REPRESENTANTES

exclusivos e distribuidores para as melhores casas do ramo dos afamadíssimos produtos:

Azeite BERTOLLI com 0,5° de acidez - Chianti BERTOLLI

Vinhos de mesa BOSCA - Barbera - Grignolino - Freisa - Nebiolo - Moscato - Orvieto - Chianti - Fernet

Queijos da Societâ Romana: Pecorino, Parmezão, Provolone

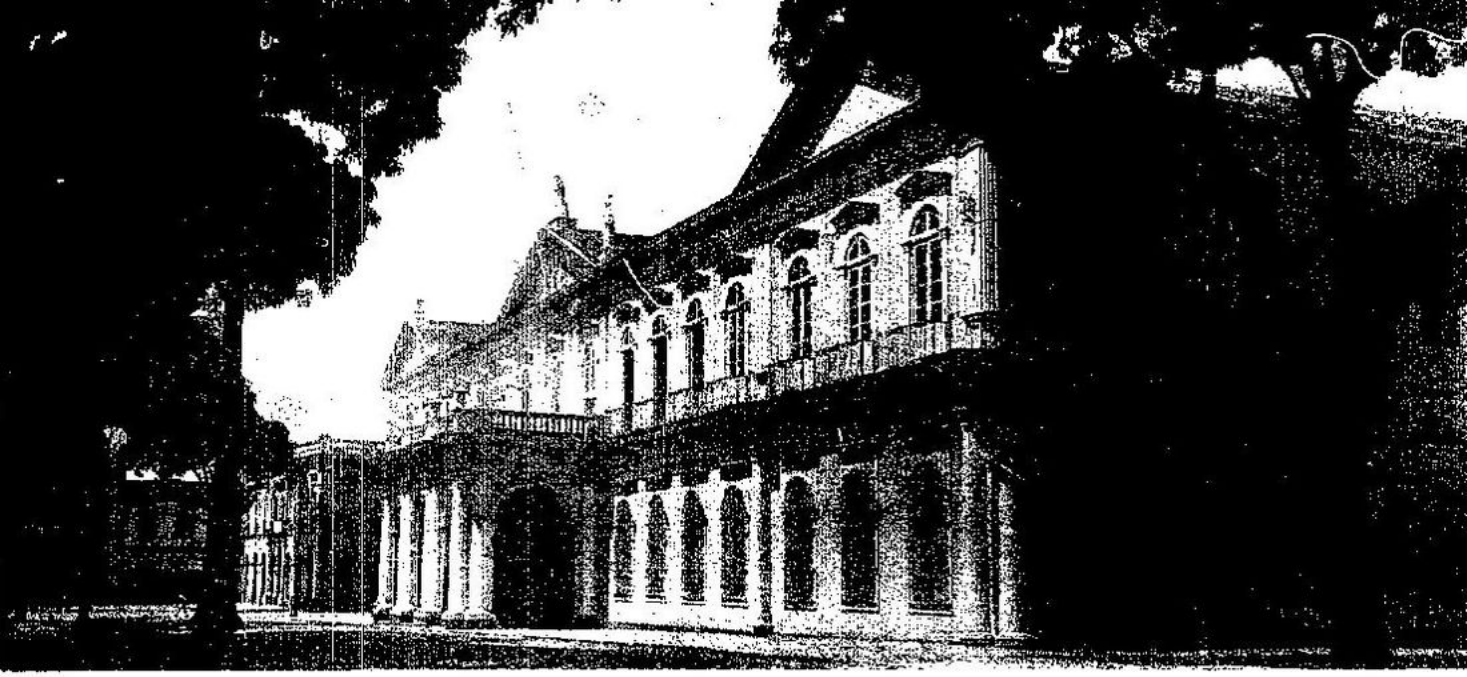
Queijos "De Lorenzi", Argentina - tipo Pecorino, Provolone e Sardo

Queijos Provolone "AURICCHIO" - Itália

Conservas alimentares "ARRIGONI" - Alcachofras - cebolinhas - extrato de tomate - pickles - alcaparras - cogumelos em azeite e secos

Vermouth MARTINI - Maraskino Zadar (ex-Zara)

Frutas secas: Nozes de Sorrento, amendoas, avelãs, castanhas, figos simples e recheados com amendoas.



Prefeitura Municipal de Belem

O Valor da Bibliografia Amazônica

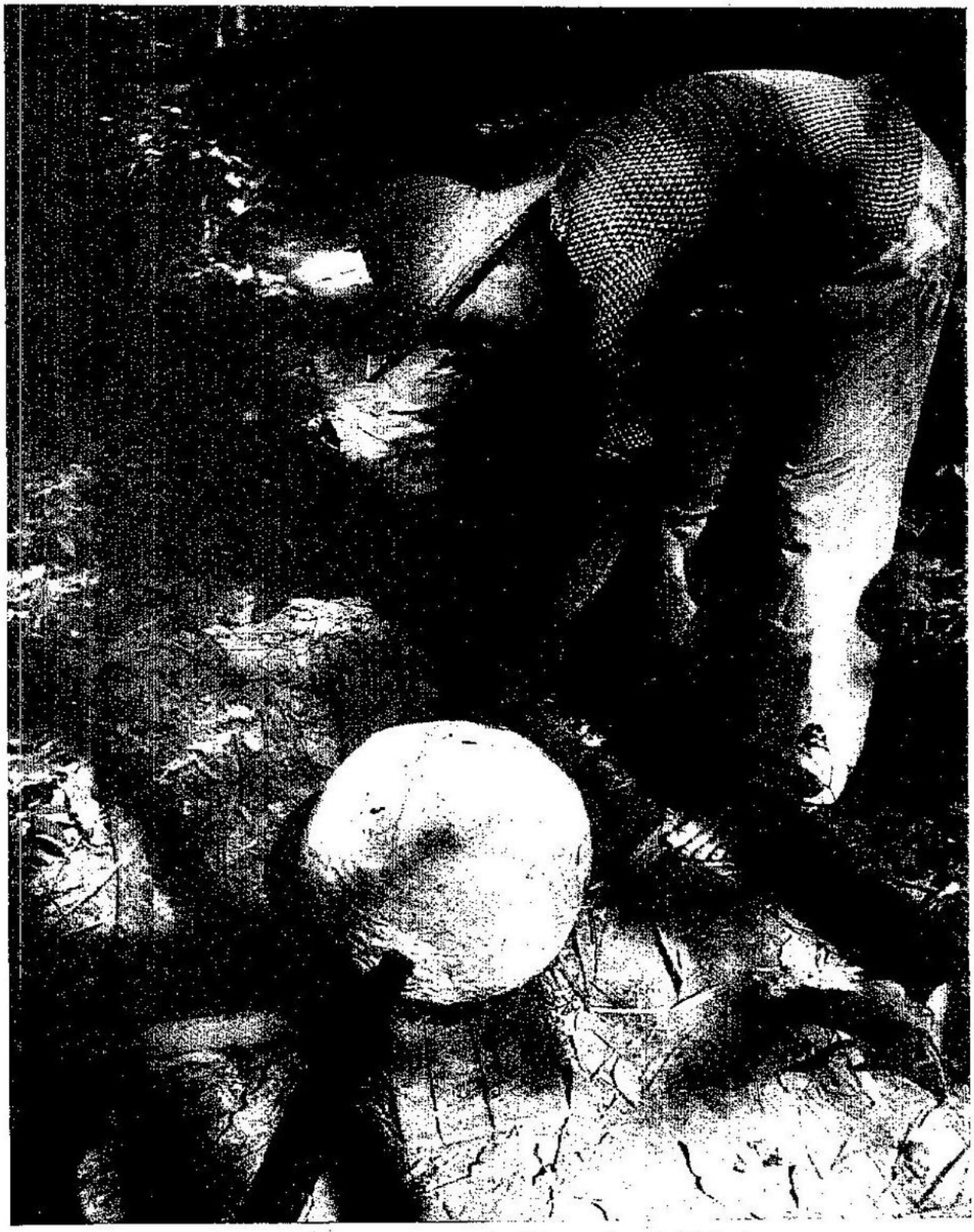
Deputado João Botelho
Relator Geral da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia

Aprofundássemos, com vagar e tempo, os incontáveis e emaranhados problemas da Amazônia, quer os respeitantes à sua geografia, quer os atinentes à sua população rarefeita, quer os referentes às suas riquezas naturais, perquirissemos, maduramente, os pontos mais acertados em que deveríamos ou deveremos fazer assentar a sua valorização econômica, enfim, quizéssemos enveredar pela estrada amplíssima de traçar normas para o aproveitamento do seu inesgotável potencial nos três reinos da natureza, e seríamos méros seguidores dos ensinamentos de sociólogos, de geógrafos, zoólogos, botânicos e naturalistas renomados, de cientistas inconfundíveis e escritores primorosos, cujas publicações e livros constituem a formidável bibliografia amazônica, que está, ao nosso entender, reclamando maior conhecimento e difusão em todo o país, em função da própria cultura nacional, com a publicação, em separata, pela Comissão, de tôdas aquelas preciosas obras, que a integram, na sua maioria esgôtadas, e que ainda se encontram nas nossas Bibliotecas Públicas.

Para investigar os problemas, as tradições, os hábitos, as tendências, o caráter magnífico do povo amazônico, para conhecer, enfim, a Amazônia nos seus vários e múltiplos aspectos, basta que consultemos as obras abaixo discriminadas, além de muitas outras, de não menos autorizados autores, na parte positiva, dos problemas do homem e da terra da Amazônia: Araújo Lima em "Amazônia" — A terra e o homem"; Euclides da Cunha em "À margem da História"; Berredo, "Anais Históricos"; A

dos Passos Miranda, "O Vale do Amazonas"; Finitivo Rodrigues "As hêveas ou seringueiras"; A. J. de Sampaio, "Biogeografia Humana"; Raimundo Morais em "Na Planície Amazônica"; Aurélio Pinheiro em "À margem do Amazonas"; Craveiro Costa em "A conquista do deserto ocidental"; João Lúcio de Azevedo em "Os jesuitas no Grão Pará"; Santa Rosa em "História do Rio Amazonas"; Silva Coutinho, "As epidemias no Vale do Amazonas"; José Verissimo "Cenas da Vida Amazônica"; Barão de Sant'Ana Neri "O País das Amazonas"; Cônego Francisco Bernardino de Souza, "Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas"; Caetano da Silva, "L'Oyapoc et L'Amazone"; Araujo e Amazonas, "Dicionário histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas"; Cônego Francisco B. de Sousa, "Comissão ao Madeira, Pará e Amazonas"; André Fernandes, "Noticias Geográficas da Capitania do Rio Negro; Francisco Xavier R. de Sampaio, "Relação geográfico-histórica do Rio Branco da América Portuguesa"; Alexandre R. Ferreira, "Viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro"; Aprigio M. de Menezes, "Efemérides Amazonenses"; Manuel Barata, "Efemérides Paraenses"; Barão de Guajará, "História Colonial do Pará; A. C. Ferreira Reis, "História do Amazonas"; Agnelo Bittencourt, "Corografia do Estado do Amazonas"; Teodoro Braga, "Noções de Corografia do Estado do Pará"; Gaspar Guimarães, "História do Lugar da Barra do Rio de Negro"; João Lúcio de Azevedo, "Estudos de História Paraense"; Torquato Tapajós, "Estudos sôbre o Amazonas, — Limites do Estado"; Bertino Miranda, "A cidade de Manáus e seus motins políticos"; Raiol, "Motins Políticos"; Napoleão Ribeiro, "O Acre e os seus heróis"; Joaquim Nabuco, "Noticias do Rio Branco"; Ferreira de Castro, "A Selva"; Gastão Cruls, "Amazonia Misteriosa"; Inglês de Sousa, "O Missionário"; Aurelio Pinheiro, "Gleba Tumultuária"; Carlos Vasconcelos, "Os desherdados"; Abguar Bastos, "Safra"; Raimundo Costa Marques, "Viagem e estudos sôbre o Vale do Baixo Guaporé"; Gilberto Osório de Andrade, "Um complexo antropogeográfico"; José Potiguára, "Sapupema"; Paulino de Brito, "Contos Amazônicos"; Farias Gama, "Águas e Selva"; Lauro Palharo, "Marupiara"; Juanita Machado, "Terra Caboela"; Adonai de Medeiros, "Jamachi"; Inácio Batista de Moura "De Belém a São João do Araguaia"; Paulo Bentes, "O Outro Brasil"; Arthur França, "A Lenda Perversa" (conferência); Luiz Araujo, "O Clima de Belém e o tratamento da Tuberculose Pulmonar"; entre os nacionais, são êsses os maiores analistas da Amazônia, na generalidade dos seus assuntos.

Dos estrangeiros, de passagem, em meio às dezenas de outros eruditos, sobressaem: La Condamine, "Viagem ao Brasil"; H. W. Bates, "Um naturalista no Rio Amazonas"; A. R. Wallace, "Viagem pelo Amazonas e Rio Negro"; D. P. Kidder e J. C. Fletcher, "O Brasil e os brasileiros"; L. Gibbon, "Exploration on the valley of the Amazon"; Johannes von Natherer, "Diário de Viagens"; Henri Coudreau, "Voyage au Tapajóz"; Henri Coudreau, "Etudes sur les Goyanes et L'Amazonie"; Padre Cristovão D'Acuña, "Novo descobrimento do Rio das Amazonas"; Paul Le Cointe, "Amazonia Brasileira"; "O Estado do Pará — A Terra, a Água e o Ar"; C. E. Akers — "Relatório sôbre o Vale do Amazonas — Sua indústria de borracha e outros recursos"; Vicki Baum, "A Árvore que Chora".



SERINGUEIRO
O herói anônimo das Selvas

BARRACÃO - Casa grande dos seringais

O principal produto da Amazônia

Mauro de Campos

A vida econômica da Amazônia gira ainda em tôrno da borracha. E', incontestàvelmente, a goma elástica o principal produto da região e houve época em que tal foi o seu valor que chegou a constituir, com o café, os dois maiores elementos a influir na balança econômica do Brasil.

A hegemonia amazônica da **hevea** — mais tarde perdida para os inglêses que conseguiram adaptá-la às condições mesológicas de suas possessões no Oriente — deu ao Amazonas e ao Pará, em época não remota uma situação de prosperidade excepcional, entretanto, mal aproveitada.

A borracha, de tantas utilidades, nativa do vale amazônico, tem proporcionado à vida da região os seus maiores dias de ventura e também as suas fases mais amargas; tem inspirado uma vasta literatura, sôbre ela; atraído levas e levas de homens de outras terras; proporcionado o surgimento de grandes cidades; e, ao mesmo tempo, acorrentado à sua mecânica produtiva a maior parte das populações trabalhadoras da Amazônia.

Em todo o interior dos dois grandes Estados e dos Territórios federais que a integram — principalmente o do Acre e o do Guaporé — relativamente pouco existe fora da indústria extrativa da borracha e da castanha. Principalmente da borracha. Há a indústria de couros, de fibras; há a pesca; há a pequena lavoura, mas o que existe realmente de mais expressivo como trabalho da gente que habita o interior amazônico é a borracha. Dos seringais é que ainda vem o grande motivo de movimento para as praças comerciais de Belém e Manaus; dos seringais distantes; das propriedades imensas e mal povoadas que se perdem nos altos rios da Amazônia. E' de notar que a melhor borracha do mundo é a da Amazônia e a melhor da Amazônia é a dos altos rios. Designa-se assim a parte dos rios que fica mais próxima às suas nascentes.

Um grande escritor sul-americano — Eustasio Rivera — num dos maiores livros que já foram escritos sôbre a vida dos seringais, teve esta frase por demais expressiva com referência às seringueiras: "Arboles que tienen sangre blanca como los dioses." Em verdade, estas árvores esguias representam qualquer coisa de mais profundo e de mais sério do que quaisquer outras.

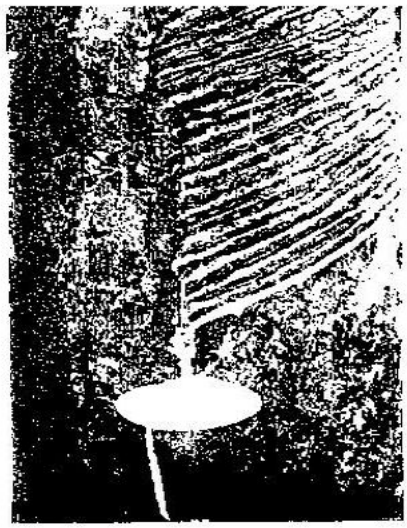
A vida em tôrno delas é um drama permanente ,a começar pelo tédio e pelo isolamento em que coloca o seu explorador; pelo pêso dos grandes silêncios; pelo desmedido das distâncias; pelo heroísmo e pela renúncia do homem que a trabalha e exaure — ator anônimo e sem espectadores de todo êsse grande drama.

Dos barracões, sede dos seringais, geralmente situados à margem dos rios, dias e dias de distância separam, nos "centros" ermos os seringueiros.

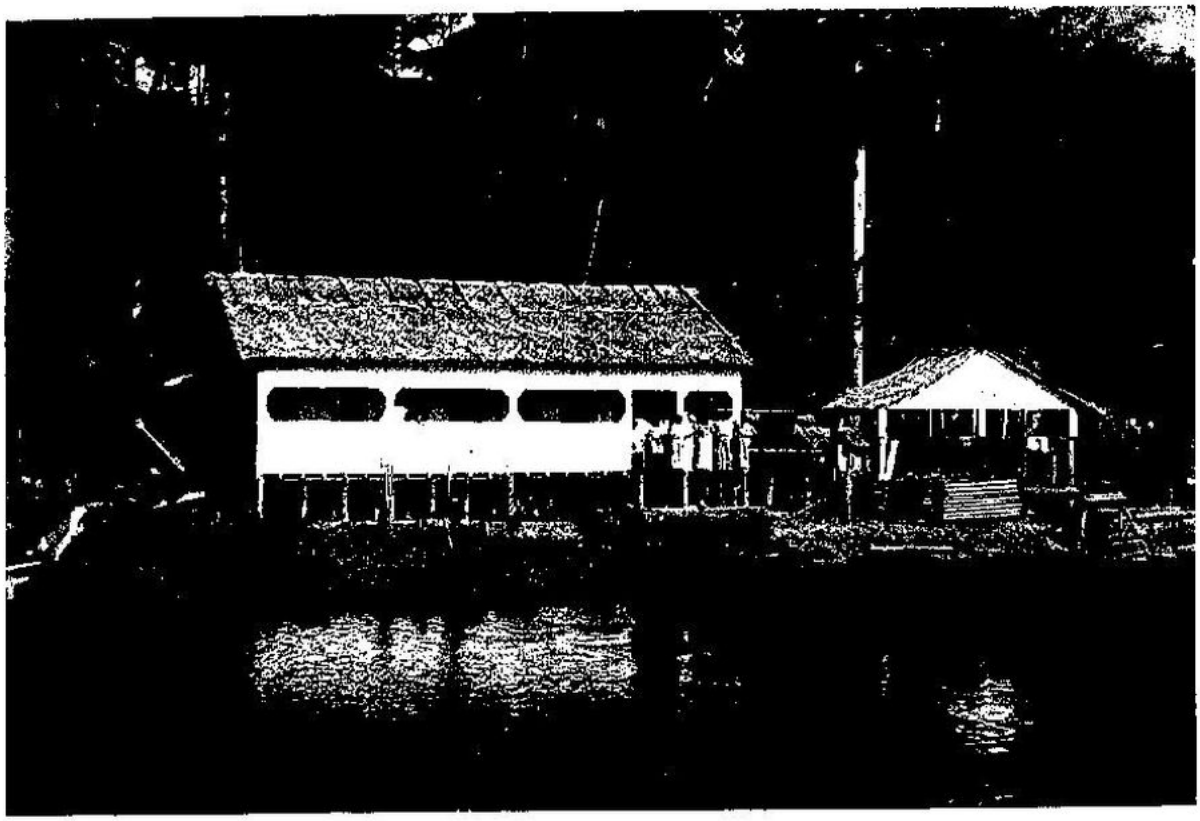
Em "tapiris" fragílimos, de palha, trabalhando o leite, ou melhor, o sangue branco das árvores, o seringueiro trabalha, sem perspectivas, sem confôrto, quase sem compensações, para a alegria e o confôrto do homem das cidades; do homem de outras terras, de outros climas e de outras línguas, sem compreender bem o papel que representa no organismo social da Humanidade.

Enfim, ainda podemos dizer que a borracha é a Amazônia; mesmo desenvolvendo-se o mais possível outros setores de atividade, a borracha continuará representando o papel predominante que até hoje representou.

A árvore da borracha



Sangrando . . .



BARRACÃO - Casa grande dos seringais

O principal produto da Amazônia

Mauro de Campos

A vida econômica da Amazônia gira ainda em tôrno da borracha. E', incontestàvelmente, a goma elástica o principal produto da região e houve época em que tal foi o seu valor que chegou a constituir, com o café, os dois maiores elementos a influir na balança econômica do Brasil.

A hegemonia amazônica da hevea — mais tarde perdida para os inglêses que conseguiram adaptá-la às condições mesológicas de suas possessões no Oriente — deu ao Amazonas e ao Pará, em época não remota uma situação de prosperidade excepcional, entretanto, mal aproveitada.

A borracha, de tantas utilidades, nativa do vale amazônico, tem proporcionado à vida da região os seus maiores dias de ventura e também as suas fases mais amargas; tem inspirado uma vasta literatura, sôbre ela; atraído levas e levas de homens de outras terras; proporcionado o surgimento de grandes cidades; e, ao mesmo tempo, acorrentado à sua mecânica produtiva a maior parte das populações trabalhadoras da Amazônia.

Em todo o interior dos dois grandes Estados e dos Territórios federais que a integram — principalmente o do Acre e o do Guaporé — relativamente pouco existe fora da indústria extrativa da borracha e da castanha. Principalmente da borracha. Há a indústria de couros, de fibras; há a pesca; há a pequena lavoura, mas o que existe realmente de mais expressivo como trabalho da gente que habita o interior amazônico é a borracha. Dos seringais é que ainda vem o grande motivo de movimento para as praças comerciais de Belém e Manaus; dos seringais distantes; das propriedades imensas e mal povoadas que se perdem nos altos rios da Amazônia. E' de notar que a melhor borracha do mundo é a da Amazônia e a melhor da Amazônia é a dos altos rios. Designa-se assim a parte dos rios que fica mais próxima às suas nascentes.

Um grande escritor sul-americano — Eustasio Rivera — num dos maiores livros que já foram escritos sôbre a vida dos seringais, teve esta frase por demais expressiva com referência às seringueiras: "Arboles que tienen sangre blanca como los dioses." Em verdade, estas árvores esguias representam qualquer coisa de mais profundo e de mais sério do que quaisquer outras.

A vida em tôrno delas é um drama permanente ,a começar pelo tédio e pelo isolamento em que coloca o seu explorador; pelo pêso dos grandes silêncios; pelo desmedido das distâncias; pelo heroísmo e pela renúncia do homem que a trabalha e exaure — ator anônimo e sem espectadores de todo êsse grande drama.

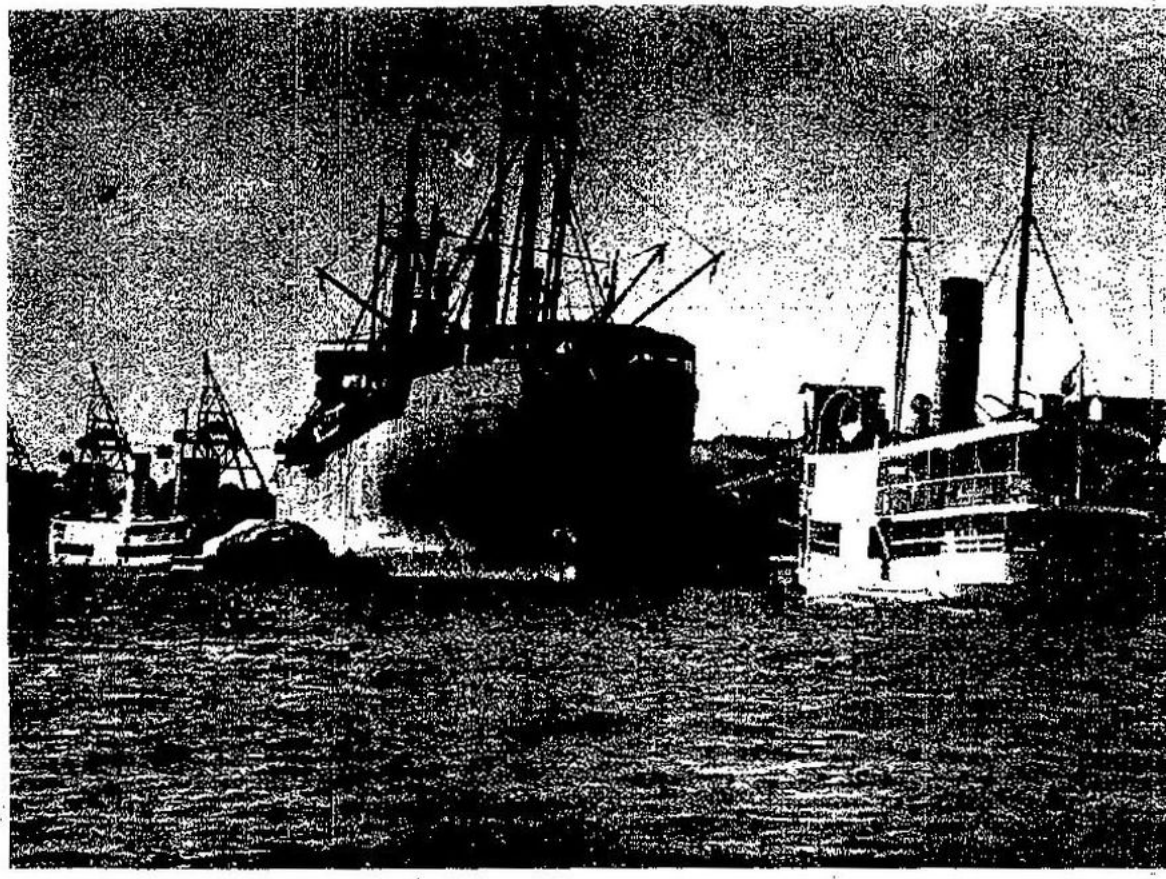
Dos barracões, sede dos seringais, geralmente situados à margem dos rios, dias e dias de distância separam, nos "centros" ermos os seringueiros.

Em "tapiris" fragílimos, de palha, trabalhando o leite, ou melhor, o sangue branco das árvores, o seringueiro trabalha, sem perspectivas, sem confôrto, quase sem compensações, para a alegria e o confôrto do homem das cidades; do homem de outras terras, de outros climas e de outras línguas, sem compreender bem o papel que representa no organismo social da Humanidade.

Enfim, ainda podemos dizer que a borracha é a Amazônia; mesmo desenvolvendo-se o mais possível outros setores de atividade, a borracha continuará representando o papel predominante que até hoje representou.

A árvore da borracha

Sangrando . . .



O PORTO

O poder de imaginação do homem vence sempre os obstáculos oferecidos pela Natureza. Cidades surgem da lama, casas de papelão desafiam os terremotos, tuneis extensissimos varam as montanhas, muralhas potentissimas aguentam a furia do oceano, flutuadores à guisa de ilhas facilitam as comunicações intercontinentais, dirigiveis — verdadeiras casas aéreas — circumnavegam o globo, submersiveis sondam e deambulam pelos abismos mais profundos dos mares...

O homem é o gigante que tudo vence, sómente com o cerebro. A imaginação, a idéia, armas poderosas que sem contundir, esmagar, perfurar ou dilacerar, obtem os resultados mais surpreendentes, os mais fenomenais efeitos.

No Brasil, os problemas que desafiam o cráneo dos brasileiros são tanto ou mais intricados do que os antolhados pelos japoneses jugulando os males causados pelos terremotos, pelos americanos irrigando desertos estereis até então, pelos holandeses conquistando o chão ao mar, pelos russos erguendo cidades sôbre a alma infecta e algida do Neva, pelos italianos transmudando os paués de Pontinos em belissimos trigais, pelos franceses e ingleses abrindo os formidaveis canais de Suez e Panamá, pelos alemães circumnavegando o mundo pelos ares...

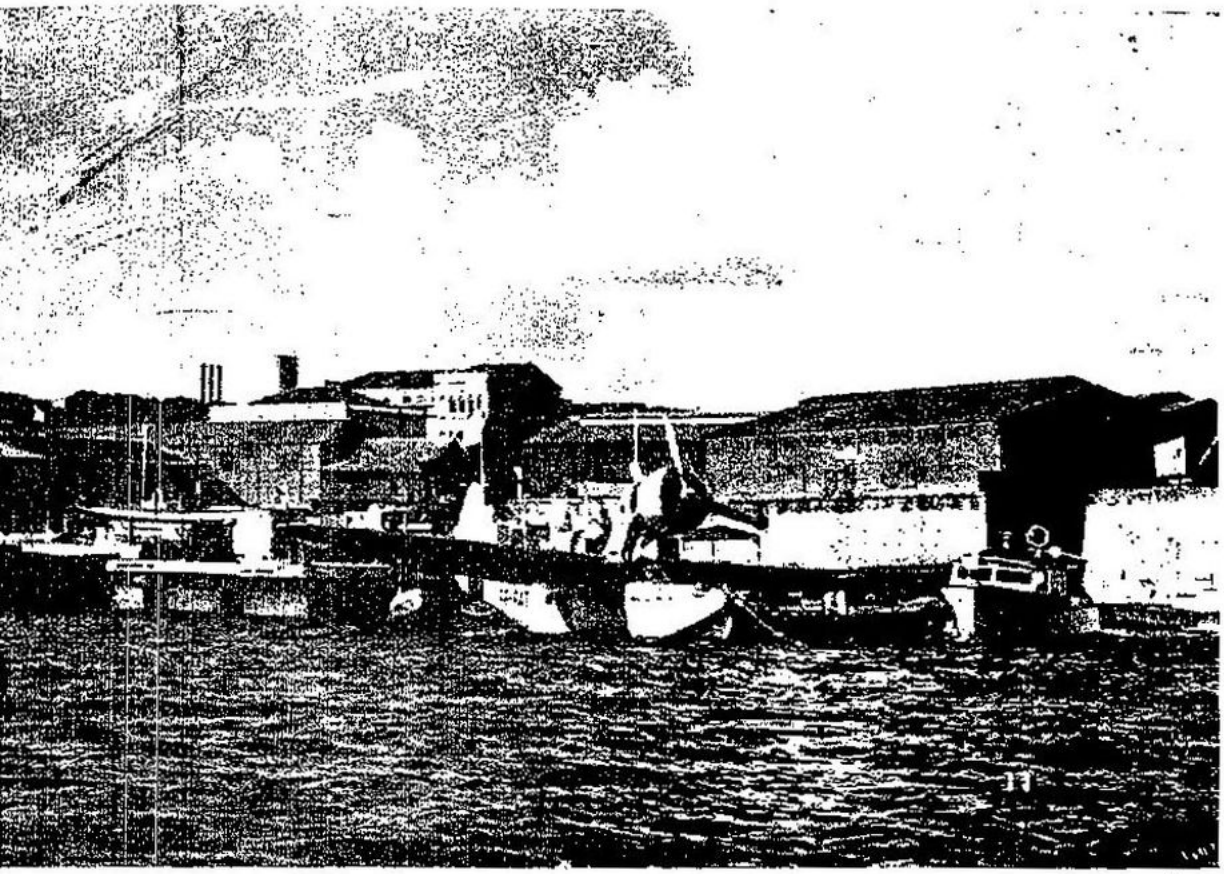
O porto de Manáus foi uma bela vitória da inteligência, pois os dados do problema eram os mais assustadores, daqueles que fazem os timidos fugirem ao primeiro contacto tomado. O rio Negro que banha a capital do Amazonas é um voluvel, como soem ser as caudais da magnifica Hyléa. O nivel de suas águas sôbe e desce quinze ou mais metros, deixando navios em seco ou transformando as matas marginais em hiantes igapós. Para um rio tão caprichoso e tão voluvel, mistér uma solução também flexivel, que atendesse à mobilidade, às manhas e às loucuras do gigante potâmico.

O ouro que jorrou, do ventre das seringueiras deu animo aos solucionadores do problema do porto de Manáus. E lá está a obra monumental em pleno funcionamento, afirmando que nada é impossivel aos que sabem querer. Quando a inteligencia e a vontade se aliam até os rios sobem montanhas...

O porto consta de duas partes: uma rigida — o cais, outra movel, o flutuador que balança ao sabor das águas como a dar boas vindas ao viajante que chega.

Foi construtor do interessante flutuador, o armador inglês Charles Booth. As docas flutuantes são constituidas por uma larga plataforma, repousando sôbre cilindros de ferro avançados da amurada do cais duzentos metros.

Dois flutuadores destinam-se à navegação transoceânica e de grande cabotagem; outros



O porto de Manáus

DE MANÁUS

LIMA FIGUEIREDO

oferecem descanso aos "vaticanos" e "gaiolas" e um deles é destinado à carga e à descarga da borracha— ainda a principal fonte de renda do Estado.

O "roadway", com duzentos e cincoenta metros de comprimento, liga-se ao porto por uma ponte flutuante de cerca de cento e oitenta metros, por onde transitam os passageiros.

O "cable-way" conduz carrinhos carregando mercadorias que deslisam sob cabos suspensos por torres metalicas assentadas nos flutuadores e em terra.

Para o desembarque da castanha há um plano inclinado de cento e vinte metros que une o flutuador onde encosta o navio ao armazem onde será acondicionada. Geralmente a castanha é transportada nos porões dos "vaticanos", a granel.

Tôdas as obras do porto — guindastes, "air-cables", dezesete armazens, elevadores, etc., abrangem uma área coberta de 18.231 metros quadrados.

Presentemente a companhia que explora porto mais interessante do Brasil é a Manáus Harbour, que movimenta, anualmente, cento e vinte toneladas de exportação, saudosa dos tempos lubricos em que o seringueiro, como a cigarra descuidada, sem contar com o dia de amanhã, acendia o charuto com uma cédula de "quinhentos".

A Booth Line, como sucessora da Amazonia Real Cross Line, explora a navegação do maior rio do mundo desde 1868.

O porto de Manáus é extraordináriamente frequentado, já por transatlânticos da Booth, que fazem o percurso entre Liverpool e Iquitos, no Perú, já por navios do Loide, que fazem a linha Buenos Aires-Manáus, já pelos "vaticanos" que de Belém vêm em procura dos altos rios. Destes há de todos os tipos desde os de rodas à pôpa até os movidos a hélices, sendo os mais velozes denominados de "palheta de ouro". Coalhando quasi tôda a largura do rio, inumeras embarcações, com os nomes garridos e bizarros, sulcam as reluzentes águas do rio Negro em demanda do mercado ou dos navios que chegam. Umas são movidas a remo, outras a motores, umas trazem tolda de lona, de madeira ou mesmo de palha e outras deixam ver a carga que conduzem, geralmente, lenha, carvão, frutas, peixes e mil outras coisas regionais. E' uma azafama que revela um dinamismo digno de nota, apesar do calor equatorial... E o sol maravilhoso enche de luz todo o cenário, pintalgando de púrpura o céu que cai sôbre o oceano infinito da floresta.

O porto de Manáus é a prova patente, real, inscfismável de que podemos, em curto prazo, explorar convenientemente os tesouros infindaveis ocultos pelas franças verdejantes da selva.

Dois Governadores e tres Bispos em pleno o rio Acre...
Atravessando do histórico rio Acre defronte de Rio Branco e feito pelo maneira que se vê acima . . . O Governador Delegado da União no Território do Acre Major José Guiomard dos Santos, o Governador do Território do Guaporé Dr. Joaquim de Araújo Lima, em companhia de Arcebispo de Belém, Dr. Mario Villas Bôas, o dos Bispos de Porto Velho, D. João Costa, e de Coxiobamba, D. Geraldo Sena. Atravessando da margem esquerda (Penápolis) para a margem direita (Rio Branco) afim de percorrerem em seguida a nova estrada do Abunã.

O Acre

Nestes últimos dois anos o Território do Acre tem evoluido de maneira extraordinária. Obras que vinham se arrastando através do tempo; aspirações que pareciam irrealizaveis; necessidades que vinham se impondo sem que merecessem os devidos cuidados, tudo isso encontrou agora sua oportunidade de realização efetiva, pela vontade de um governante bem inspirado e capaz.

O que tem sido o Major José Guiomard dos Santos á frente do Governo Acreano, sómente os que conheceram o Acre de alguns anos passados poderão atestar. Abrem-se estradas e ás suas margens plantam-se núcleos agricolas; fazem-se excelentes campos de pouso em todos os municipios (hoje ligados por via aérea); veiculos terrestres e fluviais que levam o progresso, foram adquiridos em grande número; construções de alta utilidade foram iniciadas e terminadas; outras estão em vias de conclusão; e, todas as obras que haviam sido iniciadas por varios administradores que por lá passaram, foram terminadas pelo atual Governador.

A bela Estação de Passageiros
que está sendo construida no aéroporto da jovem capital do Acre

evolúe.

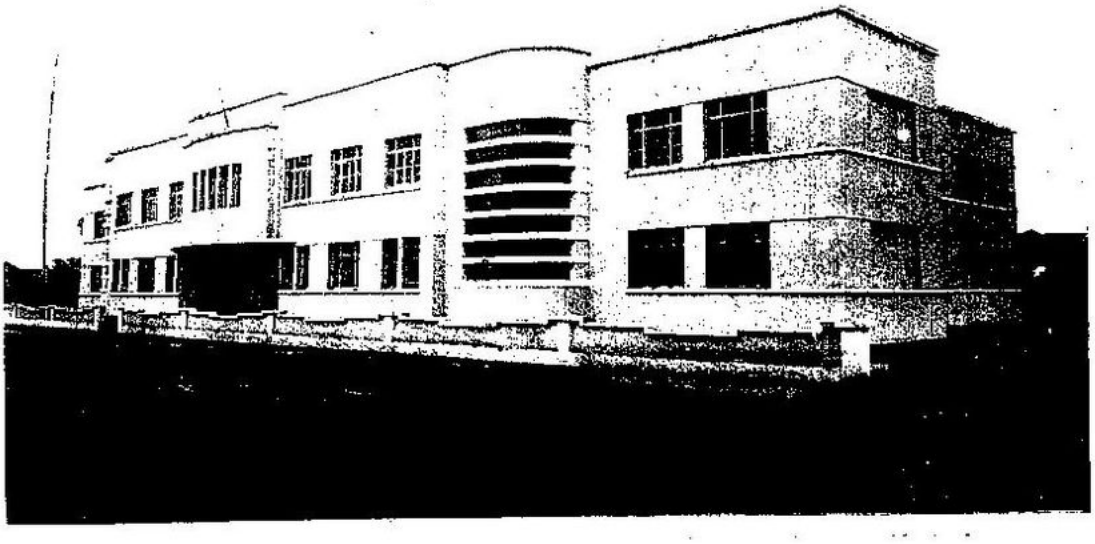
Essa evolução manifesta-se em todos os setores: no econômico, no cultural, no espiritual. Ainda ha pouco o Acre foi elevado á categoria de Bispado e sagrado o seu primeiro titular; no setor transportes adquiriu o Governador Guiomard dos Santos nestes dois anos um possante avião Douglas C-47; automoveis, caminhões, caminhonetes, jeeps e lanchas em número de 56; terminou 8 grandes obras; iniciou e terminou 36 outras, incluindo-se Hotel, Escolas, Parque e mais 17 (entre as quais a Maternidade, a Imprensa Oficial, a Estação de Passageiros, Serraria, Olaria, etc.) estão em vias de conclusão. Independente disso, mais 26 escolas e Grupos Escolares estão sendo construidos. É portanto imensa a obra que vem realizando êsse homem de vontade, culto, trabalhador, honesto, patriota e com alma de administrador que é o Major José Guiomard dos Santos.

Sob seu Governo o Acre se valoriza e evolúe.

A estrada que da Capital do Acre busca a Madeira Mamoré.

Velho escrivão acreano que o Governador José Guiomard dos Santos vai realizando com [illegible] e inauditos esforços. Experiência de revestimento com recursos locais na falta da pedra, problema ainda insolúvel em Rio Branco e que se procura justamente resolver com esta estrada. A linha branca que vem [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible].

O Ginasio Acreano



AS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES DO RIO BRANCO E A CONFIGURAÇÃO DE SUAS FRONTEIRAS

Deputado Antônio MARTINS
Da Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia.

A área riobranquense, em remotos tempos coloniais, desafiou a imaginação de ousados exploradores, principalmente espanhóis, que, ao buscarem o El Dourado nas suas lendárias paragens, ceo descobriram, diante de serras e campos, as possibilidades econômiacs que a mesma oferecia. Autores como Baena, Berredo, Nabuco e o Barão de Marajó, êste na admirável obra **As regiões Amazônicas** (Lisboa — 1895 — pág. 239), referem-se às primeiras explorações alí efetuadas e de que há referências na substanciosa **Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguêsa**, escrita pelo bacharel Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.

Entre 1593 e 1655, os portuguêses já haviam reconhecido o Rio Branco, primitivamente chamado Quecuene, e, mais tarde, Paraviana. As maiores incursões, porém, foram efetuadas entre 1670 e 1671.

Das "expedições de resgate" há memória de algumas de certa significação, como a de Manuel Aires, ao Tacutú, onde enconerou Frei Jerônimo Coelho e outros missionários carmelitanos vivendo entre os índios, nos anos de 1720 e 1725. A expedição de Lourenço Belforte, em 1740, subiu o Uraricuera e aí instalou arraial. Verificou-se ainda, nesse ano, a incursão de Francisco Xavier de Andrade.

Em 1741, Nicolau Hortsman passou do Essequibo ao Branco pelo Rupunini. Em 1763, notam-se a entrada do capitão paraense Francisco Ferreira — e a expedição de Cristóvão Aires Botelho, acompanhado do "principal" Donaire. E, havendo notícias de novas incursões de espanhóis, o Governador Geral do Pará, General Francisco Costa Ataíde Teive, determinou, em 1766, ao Governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, que mandasse observar o Rio Branco. Daí resultou a expedição do Alferes José Agostinho, que subiu o Uraricuera.

Mais tarde, em 1773, um engenheiro alemão, Capitão Felipe Sturm., subindo o Uraricuera, chegou à foz do Tacutú, com o Capitão Domingos Franco de Carvalho, o qual aprisionou os espanhóis. Àquêle oficial alemão deve-se a construção do pequeno forte de São Joaquim.

Daí por diante, novas explorações se fizeram, e, mais tarde, até os inglêses de Demerara visaram à ocupação do Rio Branco, conforme consta da memória do Tenente-Coronel de Artilharia Antônio Ladislau Monteiro Baena sôbre os intentos daquele povo de usurpar as terras ao oeste do Rio Rupunini adjacentes à face austral da Cordilheira do Rio Branco para ampliar sua colônia...

Outras expedições foram ainda empreendidas ao Rio Branco, merecendo ser ressaltada a do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata, em 1798, à Colônia Holandesa de Surinam. O referido porta-bandeira partiu do Pará em 30 de março dêsse ano, subiu o Amazonas até Manáus, de onde passou à foz do Rio Negro. Daí penetrou o Alto Rio Branco, subiu o Tacutú, passou ao Essequibo e, finalmente, alcançou Demerara, em 12 de setmbro do mesmo ano. Dessa possessão inglêsa viajou para Surinam, de onde mais tarde regressou pelo mesmo caminho, numa jornada memorável.

Ora, diante de tais fatos, através dos quais justo é exaltar a política portuguêsa na sua histórica tarefa de preservação da soberania lusitana, patenteia-se, claramente, a importância de que sempre se

Alto
do Monte
Roraima

revestiu o domínio da "Guiana Brasileira", nestes séculos de ocupação. Essa importância ainda mais se acentuou quando, mais tarde, surgiram as importantes questões de limites, já solucionadas pelo gênio pacificador da diplomacia. E, desde que a área riobranquense já não constitui motivo daqueles receios que levaram o govêrno colonial a edificar o forte de S. Joaquim, hoje em ruínas pelo secular desuso, devemos olhar a faixa de fronteira em que se enquadra o Território do Rio Branco, não como um problema militar, mas eminentemente econômico, ligado ao desenvolvimento de uma das mais ricas porções não só do Brasil mas do hemisfério continental.

Se já nos é juridicamente reconhecida a posse da área riobranquense, agora territorializada, resta-nos sòmente ocupá-la em definitivo, impregná-la de uma consciência de brasilidade e promover a utilização de seu abundante espaço, através de uma séria política de govêrno colonial e desenvolvimento econômico, pela utilização de suas indiscutíveis possibilidades ecumênicas.

Castanhal

Noz do Brasil

(Castanha)

José Jobim

Desde 1633 consome-se na Europa a castanha do Pará, conhecida entre os anglo-americanos como Brasil nuts e entre os franceses como Noix du Pará ou Noix du Brésil. Os Estados Unidos são hoje o principal mercado. Empregam-na, totalmente, na indústria de confeitaria. A Inglaterra é outro grande consumidor.

A castanheira é uma das grandes arvores que caracterizam a flora amazônica. Cresce espontaneamente em toda a hiléia, e, frequentemente em formação bastante homogêneas: os castanhais. O grande porte dêsse vegetal, a surpreendente grossura do seu tronco e principalmente, o valor comercial das suas sementes que constituem o primeiro produto de exportação do Amazonas e do Pará, tornaram-no mundialmente conhecido.

O fruto da castanheira, denominado ouriço, tem forma esferica e revestimento espesso e resistente. Dentro do ouriço se encontram as sementes, em número que varia de quinze a vinte. A castanha é cuneiforme, de casca lenhosa e dura, e contém uma amendoa branca e de sabor sui-generis e agradavel. Os frutos não são colhidos das arvores, o que seria impraticavel visto a desmesurada altura do fronde.

Quando maduros, o que acontece no início da estação chuvosa, em janeiro, desprendem-se e caem das hastes, acumulando-se em torno do tronco.

Os ouriços são abertos na própria mata, a golpe de terçado e as castanhas transportadas em canôas até o barracão do proprietário ou arrendatário do castanhal. Um homem pode, apanhar e abrir por dia 700 a 800 ouriços, o que dá pouco mais ou menos dois hectolitros de castanhas.

A castanha, graças à rijeza de sua casca, não é atacavel pelos insetos, mas quando úmidas e acumuladas, nelas se desenvolve uma flora criptogâmica que pode deteriorar a amêndoa. Para impedir a proliferação dêsses cogumelos basta ventilar as castanhas revolvendo-as continuadamente, o que constitue uma faina complementar à apanha e que se processa até a chegada das sementes a Manáus ou a Belém. Nêsses portos as castanhas são lavadas. Parte da safra vai para as usinas de beneficiamento, onde é descascada, secada em estufa e acondicionada em latas de folha de Flandres; a parte restnte é exportada a granel em sacos ou em grades com a capacidade de 1 a 1½ hectolitro.

As amendoas constituem um ótimo alimento rico em vitaminas e particularmente aconselhavel nos países de clima frio em virtude de seu elevado teor de óleo facilmente assimilavel pelo organismo humano. A análise química da amêndoa sêca revela o seguinte: — proteina 17%, gordura 67%, sais minerais 4%, hidratos de carbono 7% e água 5%. 14 gramas de amêndoas fornecem 100 calorias, o que constitue um alto coeficiente de energia.

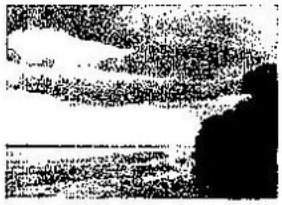
Há mais de vinte anos vem os ingleses tentando adaptar a castanha nas suas possessões orientais, principalmente na Malasia. Êsses experimentos não deram, até agora, resultados satisfatórios. As mudas vingam e as árvores desenvolvem-se, embora lentamente, mas, tal como acontece com os exemplares cultivados no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a frutificação é extremamente escassa.

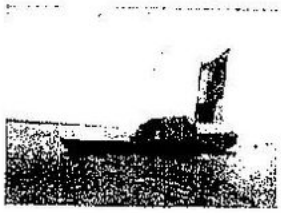
No Porto de Manáus — Estivadores selecionando castanhas no fundo de uma alvarenga.

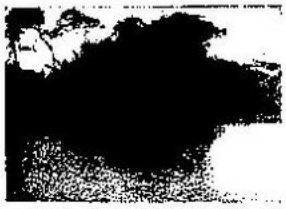
Sintese da

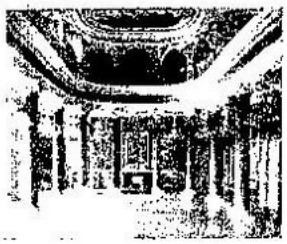
A Selva — Crença

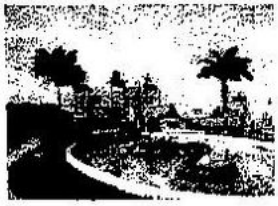
O Rio — Tradição

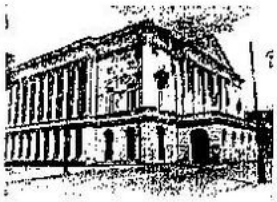


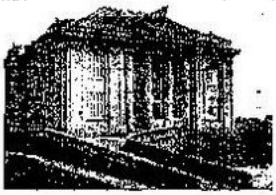








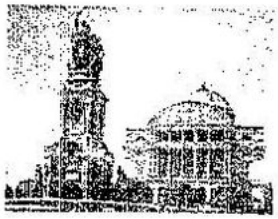


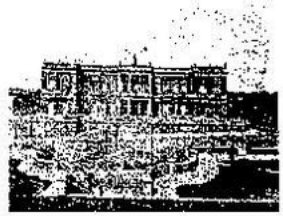


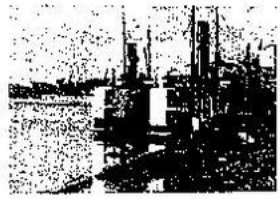
Amazônia

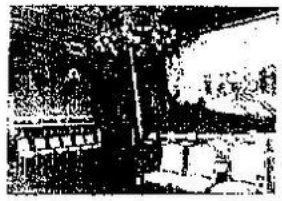
O homem Transportes Monumentos

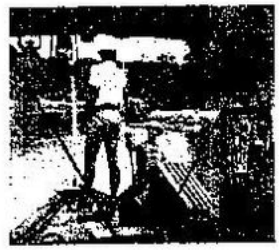
Ensino Arte Trabalho

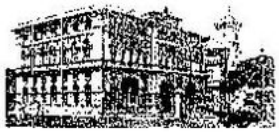












No isolamento dos grandes desertos,
No meio das águas e das florestas
O neto dos índios
Está fazendo um mundo.

(Paulo Bentes)

O sangrador de árvores
(Seringueiro)

Imprevidência

NOS SERINGAIS:

"Um máximo de produto, mesmo à custa do aniquilamento das árvores, exigia o patrão, na formidável ignorância que, generalizada, liquidaria a principal riqueza da bacia amazônica, estancando-a na sua fonte".

(Alberto Rangel — "Inferno Verde")

LÁ FÓRA:

"Um capitalista francês, Mr. Poirson, contou-me, em Paris, que conversando com Afonso Pena, chamou-lhe a atenção para a cultura da borracha que se estava fazendo na Ásia e na Oceania.

Disse-lhe como nêsses lugares se praticava uma seleção inteligente no plantio das árvores e como daí resultaria forçosamente uma melhor qualidade do produto.

Afonso Pena levantou-se indignado, achando que êle estava zombando, querendo fazer-lhe crer que podia haver borracha melhor que a do Amazonas.

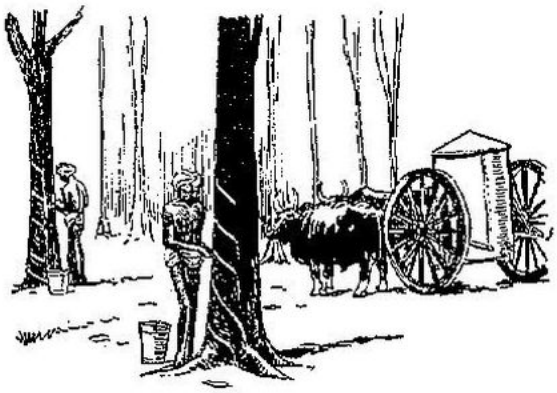
— Esperei, disse-me Mr. Poirson, o momento em que êle me faria expulsar por um contínuo"...

(Medeiros e Albuquerque — "Memórias")

Para não esquecer!

1 A Amazônia ja foi a única produtora de borracha no mundo.

2 Sir Wickam roubou sementes de seringueira no Pará, levou-as para Singapura e Ceilão, quebrando o monopolio brasileiro de borracha em favor da Inglaterra.



3 Hoje, nativos das colonias inglesas no Oriente, colhem o latex para industrialisação em larga escala.

4 Enquanto que, mais de 90 por cento dos artefatos de borracha consumidos no Brasil constituem materia de importação.

Quer conhecer a Amazônia?

Procure ler:

D. ANTONIO DE MACEDO COSTA — "A Amazônia — meio de desenvolver sua civilização".

A. C. FERREIRA REIS — "A política de Portugal no vale Amazônico".

PAULO BENTES — "O outro Brasil".

JOÃO BOTELHO — "Viagem parlamentar à Amazônia Brasileira".

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE — "Um complexo antropogeográfico".

ANISIO JOBIM — "A intelectualidade no Extremo Norte".

TAVARES BASTOS — "Cartas do solitário".

ALFREDO AUGUSTO DA MATTA — "Geografia e Topografia médica de Manáus".

RAIMUNDO MORAES — "Aluvião".

GASPAR GUIMARÃES — "A evolução histórica da divisão judiciária e administrativa do Estado do Amazonas".

JOÃO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO — "O Amazonas, êste esquecido".

JOSÉ PEREIRA REGO FILHO — "A Amazônia e seu porvir".

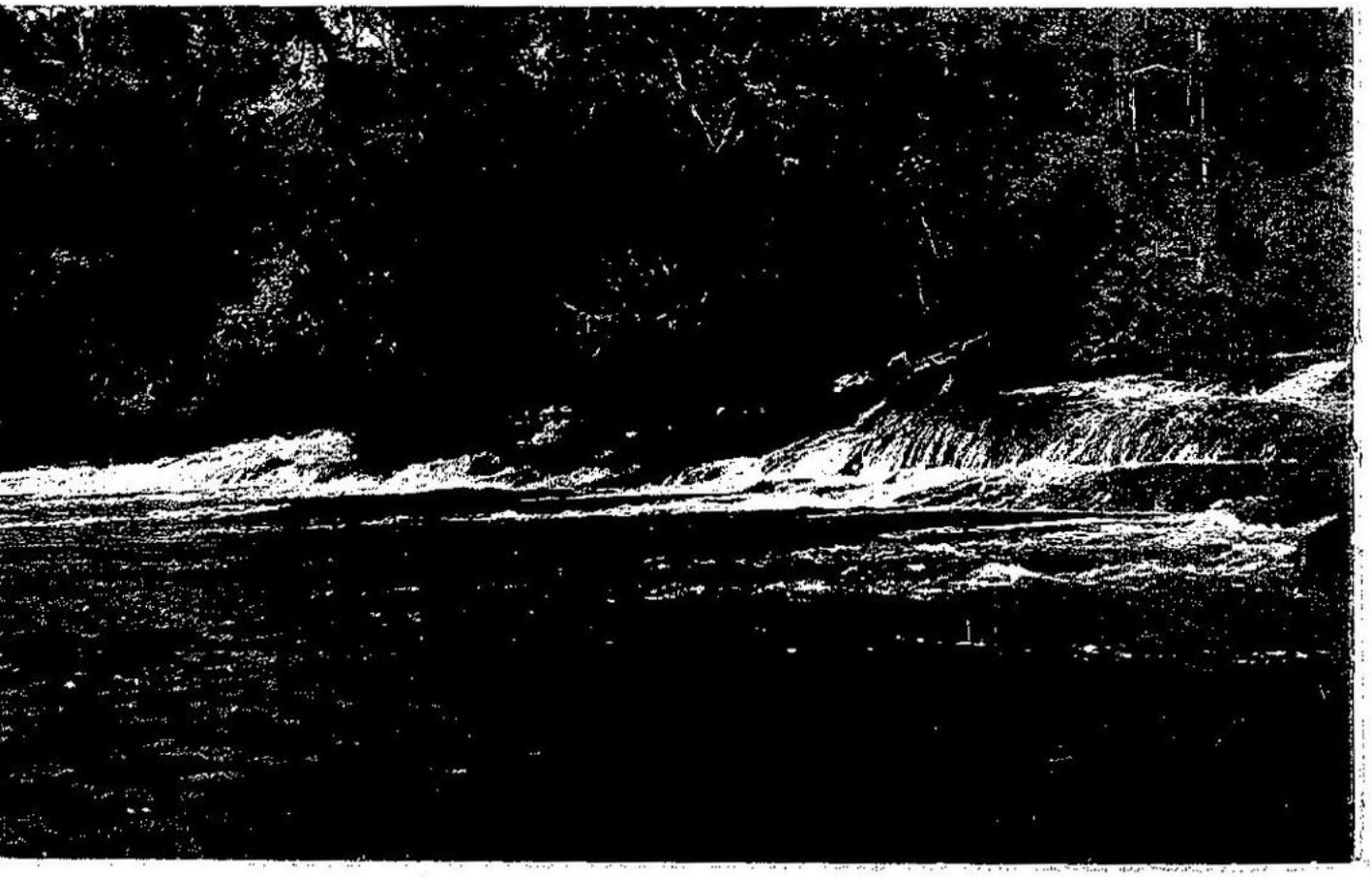
INÁCIO MOURA E PAULO ELEUTÉRIO — "A Amazônia do futuro".

MONTEIRO DE SOUZA — "Esboço histórico do Ensino Secundário na Província do Amazonas.

JOÃO DA SELVA — "A reabilitação do Acre".

TORQUATO TAPAJÓS — "Estudo sôbre a Alfândega de Manáus".

A luta na selva



BANCO DO BRASIL S. A.

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1947

Executando com firmeza, tato e serenidade, a política econômico-financeira do Govêrno, pôde o Banco do Brasil conseguir, em 1947, resultados bastante animadores para a economia do País.

Tendo-se emitido, em 1945, 3.073 milhões de cruzeiros e, em 1946, 2.959 milhões, dos quais só em dezembro 545 milhões, todavia, em 1947, apesar da forte pressão inflacionista remanhã, apenas houve uma emissão de 100 milhões de cruzeiros, em fins de dezembro.

O estancamento das emissões e a sadia orientação da política de crédito do Banco do Brasil, de amparo à produção e impedimento às especulações, não agradaram aos inflacionistas e, por isso, surgiu ruidosa campanha, visando a demonstrar que o País caminhava para uma situação de colapso econômico. Firmaram-se, então, com solenidade, sombrios prognósticos de perigos iminentes para a Nação que, dentro de breve prazo, haveria de ser tragada por tremenda crise de depressão econômica, produzida pelos erros da política econômico-financeira do Govêrno. Houve, mesmo, quem pressagiasse, em 1947, vastas emissões de papel-moeda para pagamento do funcionalismo público, vultosos deficits orçamentários, desemprêgo em massa e a paralisação de tôda a atividade econômica nacional. Mas, felizmente, foi completo o malôgro dêsses augúrios e, em contrário aos vaticínios, ocorreram sinais evidentes de recuperação econômica e de ordem financeira do País.

Por ser de combate à inflação a política econômico-financeira do Govêrno, não poderia ela eximir-se dos ataques dos inflacionistas, cuja mentalidade de idolatria ao crédito os leva a acreditar que o progresso econômico possa advir de financiamentos de produção realizados com recursos fornecidos pelas emissões de papel-moeda. Os inflacionistas exigem sempre a expansão de crédito por meios artificiais, para corresponder às necessidades da produção, mas tal exigência visa sòmente ao aumento dos preços das utilidades. Quando o Govêrno, em vez de representar a Nação, timbra em ser organismo de partido ou de classe, as exigências são atendidas e em conseqüência surgem os créditos eleitorais, provocando depois tremendos desastres econômicos e acarretando situações em que os prejuízos são socializados e os lucros individualizados.

Nos países totalitários os financiamentos costumam ser feitos com recursos inflacionistas mais ou menos disfarçados e sempre com a amputação de poder de compra dos consumidores. Os alquimistas do crédito pretendem retirar a riqueza do nada e por isso consideram-no panacéia capaz de remover tôdas as dificuldades econômicas. Os inflacionistas afirmam que, por não concederem bastante crédito, os bancos entretêm o mal-estar econômico, mas essa mentalidade precisa ser substituída por outra de bom-senso, suscetível de persuadi-los de que a inflação só pode agravar os males que procura sanar. Acreditam nos milagres do crédito porque o confundem com capital, mas o crédito sòmente desloca o capital e apenas contribui, como qualquer instrumento de produção, para a criação de riquezas. Esquecem, ainda, que o trabalho e a economia são as fontes do capital e que o crédito não é sucedâneo da economia. Não vêem que o crédito excessivo é prejudicial e produz, com o estímulo das especulações, desequilíbrios econômicos, tornando-se, mesmo, perigoso fator de amplificação dêsses desequilíbrios em virtude dos movimentos psicológicos gerais de cruzadismo que se originam.

Nossos inflacionistas precisam definitivamente se convencer de que sem bases sólidas jamais poderá haver crédito são. Convém acentuar que nem sempre o aumento de crédito é inflacionista, pois um sistema monetário deve ser elástico e apto a crescer, em caso de necessidade. A elasticidade faculta a ampliação da circulação motivada pelo desenvolvimento econômico; na inflação, porém, amplia-se a circulação independente dêsse desenvolvimento.

* * *

Aludem freqüentemente os inflacionistas aos sistemas de financiamento, não só da produção como também de obras públicas, utilizados por alguns países, e estranham que no Brasil não tenham ainda sido aplicados. Tais sistemas baseiam-se exclusivamente na inflação de crédito e só têm vigorado em nações totalitárias, onde o Estado dirige e coordena tôda a atividade bancária. Não esclarecem os nossos inflacionistas que, nesses países, o Estado tem poderes para conhecer o montante dos depósitos particulares nos bancos e para obrigar os titulares a subscrever empréstimos públicos; não dizem que o Estado é senhor da economia e dirige soberanamente a produção e o consumo, fixando a proporção da atividade nacional que deverá ser consagrada à realização de obras públicas, em detrimento da produção de bens de consumo; silenciam que a moeda e os preços ficam sob o contrôle integral do Estado e não referem que os salários não podem ser aumentados e que os dividendos sofrem a limitação de 6%, devendo as sociedades anônimas entregar ao Estado os lucros excedentes a essa taxa. Nos regimes totalitários, os problemas financeiros não existem ou cedem lugar aos de natureza política, econômica ou técnica e a ditadura tudo resolve soberanamente; há apenas o limite das dificuldades técnicas e o risco de revoltas políticas ou sociais suscitadas pelos excessos e erros da ditadura. Nos regimes liberais, entretanto, os problemas financeiros criam constantes dificuldades ao Estado, porque há limitação para as suas receitas e despesas.

Os problemas de financiamento de obras públicas, nos regimes liberais, estão subordinados a empréstimos ou impostos e, portanto, ao limite a que possa atingir o aumento das receitas. O empréstimo público, representando a transcendência de disponibilidades da Nação para o Tesouro, depende da capacidade de sua economia e essa das variações da renda nacional.

Nos regimes liberais, a economia representa a parte da renda nacional a cuja utilização os particulares livremente renunciam. Provém, assim, de uma livre restrição do consumo. Nos regimes totalitários, existe criação direta da economia porque o Estado determina a relação entre a produção e o consumo. O aumento considerável da produção nacional é obtido, de um lado, pela mobilização de tôdas as fôrças do capital e trabalho, de outro, pela limitação e restrição do consumo, coibição de alta de salários e fixação de lucros.

Há, entretanto, uma relação inelutável entre a massa de economias e as possibilidades de financiamento. A economia só é útil economicamente, quando se destina a aplicações porque, assim, faculta o financiamento dos investimentos. Em caso contrário, produz restrição estéril do consumo, sem compensar essa redução por um correspondente aumento de atividade no setor de investimentos de capital.

Os processos de financiamento empregados por países totalitários, e a que freqüentemente se referem com indisfarçável entusiasmo os nossos inflacionistas, constituem apenas camuflagem de inflação de crédito. Para disfarcá-la usam a expressão — prefinanciamento. Tôdas as despesas de obras públicas e de produção são pagas por meio de créditos a curto prazo, representados por saques contra estabelecimentos bancários. Êsses saques, teòricamente, devem ser resgatados no vencimento ou consolidados em títulos especiais de prazo médio. Para fazer face à circulação dos saques existem vários órgãos, mas, enfim, torna-se imperioso o recurso ao banco emissor. Em um dos países onde o prefinanciamento foi largamente usado, o fracasso final foi completo e um dos emitentes responsáveis pela engenhosa idéia assim se manifestou: "A fase da expansão de crédito terminou. Atualmente, é forçoso voltar às velhas regras de jôgo de uma política financeira normal. As despesas não devem ultrapassar as receitas; se o acréscimo das despesas obrigar o Tesouro a recorrer a créditos de curto prazo, êsses créditos deverão ser consolidados por meio de verdadeiros capitais de economia ou cobertos por impostos".

* * *

Em uma sociedade capitalista, a distribuição da fôrça de trabalho, entre a produção de "bens de produção" e a de "bens de consumo", depende do volume das economias destinadas a investimentos e da possibilidade de lucros das emprêsas, que se utilizem dessas economias, para pagamento de mão-de-obra e compra de materiais destinados à criação de máquinas e equipamentos.

O crédito bancário representa importante papel na transferência dos fundos resultantes de economias para as pessoas ou emprêsas interessadas na produção de bens. Além dessa transferência, os bancos possuem a capacidade de criar instrumentos de crédito que equivalem a dinheiro e por isso contribuem para a formação de capitais produtivos. A formação de capital compreende, assim, um complicado processo: particulares, sociedades anônimas e bancos fornecem fundos para investimentos; sociedades anônimas emitem ações e obrigações em troca dêsses fundos e então o trabalho e os materiais são empregados na construção de novos elementos de produção que permitam lucros futuros.

As atividades produtivas da Nação geram os rendimentos em dinheiro recebidos por todos que delas participam. As fábricas, minas, fazendas, estradas de ferro, companhias de serviços públicos e outras emprêsas produzem bens e serviços necessários à sociedade e os que participam da produção dêsses bens e serviços recebem dinheiro em pagamento, sob a forma de salários, ordenados, honorários, rendas, juros e lucros. Os salários e ordenados são pagos às pessoas que estão empregadas nos trabalhos de produção; a renda e os juros vão ter às mãos dos que emprestam fundos para instalações; os lucros acrescem os haveres dos proprietários de emprêsas como compensação dos investimentos feitos e dos riscos que suportaram.

O preço de venda dos produtos deve cobrir tôdas as despesas desembolsadas e um lucro razoável. Isso significa que a soma de rendimento em dinheiro, recebida pelos que tomam parte na produção e no seu escoamento, é igual ao valor dos bens e serviços que são lançados no mercado.

O crescimento de capital está na dependência da expansão do consumo e a fôrça motora de tôda atividade econômica, num sistema de iniciativa particular, provém das necessidades e da procura dos consumidores.

A base da pirâmide econômica é constituída pela produção de bens de consumo: primeiro os essenciais e depois os de luxo e confôrto. No vértice aparecem as instalações e os equipamentos para a criação de novos bens de produção, cuja procura depende dos bens de consumo que venham a produzir. Sempre que se reduz a procura de bens de consumo também declina a de bens de produção e em mais larga proporção. Qualquer leve retração na base da pirâmide repercute fortemente no vértice, provocando eliminações. Assim, para que se formem em larga escala capitais, é indispensável uma simultânea expansão da corrente de fundos através dos canais de consumo e de investimento.

As estatísticas têm revelado que, geralmente, cêrca de 60% do total do operariado estão empregados na produção de bens de consumo e 40% na de bens de produção. Quando os "bens duráveis de consumo" são também incluídos pelas estatísticas na classe de "bens de consumo", a percentagem da produção de bens de consumo sobe para 80%.

Sob o ponto de vista social, o dinheiro, por si só, não é capital, mas faculta ao possuidor a aquisição ou o contrôle de bens de produção. A criação de capitais envolve a transformação de economias monetárias em bens tangíveis. Os fundos economizados por particulares constituem simplesmente meios para a produção de capitais reais. Um particular pode considerar o dinheiro economi-

zado como capital pessoal, mas essa economia só constitui verdadeiro capital, sob o ponto de vista social, quando os fundos economizados forem utilizados por outros em construção de usinas, fábricas, instalações, equipamentos ou outras formas de bens de produção.

A criação da economia individual é apenas o começo do processo de formação de capital. Capitais, em última análise, são bens resultantes de produção anterior e que estão sendo utilizados diretamente no processo de novas produções: bens de consumo ou novos bens de produção.

* * *

E' pelo crédito que os capitais monetários, formados pela economia, são postos à disposição dos produtores para lhes dar emprêgo lucrativo. O crédito mobiliza e concentra fundos dispersos em vários patrimônios individuais e fá-los concorrer para a riqueza geral, faculta a ligação do espírito de economia ao de empreendimento, estimulando ambos.

São os bancos que realizam a concentração das economias. Graças a êles grande número de economias individuais, muito fracas para serem empregadas isoladamente, são reunidas e depois transferidas para as mãos dos produtores que as utilizam na criação de novas riquezas. Nem sempre essa repartição de economias, através do crédito, consulta ao interêsse geral, pois, muitas vêzes, as sociedades dissipam os fundos em especulações de aventura ou uma crise econômica consome o capital de emprêsas industriais reputadas sãs. Existem, também, desastres causados pela má utilização dos créditos. Mas, não obstante as falas e os erros próprios de tôda atividade humana, em conjunto, a repartição dos capitais de economia, através do mecanismo do crédito bancário, é fonte de progresso econômico. Graças à corrente de capitais, por intermédio dos bancos, ou pelas emissões de valores mobiliários, os recursos disponíveis dos particulares deixam de permanecer estéreis. Os bancos de depósitos e descontos fornecem às emprêsas industriais capital circulante, isto é, o capital que deverá ser aplicado durante pouco tempo no ciclo da produção e que tornará a aparecer, sob a forma monetária, por ocasião da venda dos produtos. Êsses bancos operam no mercado monetário, que é o de prazo curto. Os bancos de investimentos, fazendo apêlo à economia criadora, fornecem às emprêsas capital fixo, isto é, aquêle que é investido em imóveis, maquinarias e equipamentos, e operam no mercado financeiro, que é o de prazo longo. Promovem o aparelhamento de emprêsas novas e contribuem para a sua ampliação. Os bancos de depósitos e descontos entretêm e estimulam a corrente de trocas, facilitando as vendas a crédito e alimentando a tesouraria das emprêsas. Todos são necessários à vida econômica, mas, em uma boa organização de crédito, os bancos devem ter finalidade específica, de acôrdo com a sua natureza. Quando um banco, cujos recursos provinham quase exclusivamente de depósitos a prazo curto e à vista, passa a dedicar-se, também, a operações de investimento, imensos riscos lhe advêm e o resultado poder-lhe-á ser mortal.

Além dos capitais provindos das economias particulares, os bancos fornecem aos produtores um novo capital adicional por êles criado por meio de moeda escritural. Manejada com discernimento, e dentro dos limites assegurados pela técnica bancária, essa moeda é útil à produção, mas constitui grave perigo para a economia quando abusivamente empregada.

Para não falhar à missão de promover, cada vez mais, o progresso econômico e o bem-estar social exige o crédito, em sua prática, um suplemento de moralidade.

* * *

Acentuaram-se, em 1947, os benéficos resultados da política econômico-financeira do Govêrno, que vem sendo executada pelo Banco do Brasil com prudência, perseverança e tato.

Com o estancamento das emissões formou-se um clima mais sadio para as atividades econômicas, que permitiu melhor rendimento aos fatôres de produção. A orientação da política de crédito do Banco do Brasil facultou o estímulo à produção e a extinção das especulações. Não obstante terem sido deferidas tôdas as solicitações legítimas, surgiram infundadas críticas em tôrno de uma pretensa deflação de crédito. A êsse respeito são muito ilustrativos os algarismos constantes do seguinte quadro, referentes aos valores dos depósitos e empréstimos, com as respectivas percentagens, no exercício de 1947:

SALDOS EM FIM DE MÊS

Milhões de cruzeiros

MESES	DEPÓSITOS 1947	EMPRÉSTIMOS 1947	% DOS EMPRÉSTIMOS SOBRE OS DEPÓSITOS 1947	1946	1945
Janeiro	15.771	13.705	87	87	85
Fevereiro	16.179	12.778	79	84	86
Março	15.903	12.825	81	82	65
Abril	15.755	13.109	83	83	63
Maio	15.666	13.750	87	81	65
Junho	15.652	14.950	95	84	62
Julho	16.785	15.102	90	83	70
Agôsto	16.679	15.259	91	83	73
Setembro	15.783	14.448	91	88	78
Outubro	15.405	14.375	93	87	81
Novembro	15.696	14.534	93	89	81
Dezembro	15.397	14.544	94	93	85
MÉDIA	*15.889*	*14.115*	*89*	*85*	*75*

Evidencia-se, assim, que a média da percentagem dos empréstimos, em relação aos depósitos, atingiu, em 1947, a 89%; em 1946, a 85%, e, em 1945, a 75%.

Também é interessante a comparação entre as variações mensais das percentagens nos anos de 1945, 1946 e 1947.

Não se conformando com o estancamento das emissões, em 1947, têm sempre os inflacionistas feito acerbas críticas à execução da política econômico-financeira do Govêrno, acentuando não existir, para a debelação da inflação, providência mais eficaz do que o aumento da produção. Por isso, reclamam novas emissões de papel-moeda e a ampliação do crédito bancário para o fomento largo da produção. Chegara mesmo a afirmar que o estancamento das emissões causou a redução da produção nacional e, assim, impossibilitou a baixa do custo da vida. Mas essas alegações não têm cabimento, porquanto todos os fatôres de produção do País estão plenamente aplicados. Não há mão de obra disponível; chega mesmo a ser de super-emprêgo a situação. O consumo de energia elétrica tem crescido sempre e, em certas regiões do País, a capacidade geradora das usinas atingiu quase ao ponto de saturação, não obstante a instalação de novas unidades. As solicitações dos consumidores de energia elétrica não podem ser atendidas pelas emprêsas produtoras. Tôdas as fábricas do País, apesar de haverem instalado novas maquinarias, mantêm-se em pleno regime de trabalho. E' intenso o movimento de transporte de mercadorias através das estradas de ferro, das vias marítimas e das rodovias. Outro seria o aspecto da situação se a produção do País tivesse diminuído: haveria, então, sôbra de fatôres de produção. Não havendo disponibilidade de fatôres de produção, não será possível aumentá-la senão por meio de novos fatôres. Mas a consecução dêsses novos fatôres envolve problemas relevantes, cuja solução demanda tempo. Para resolver o problema da mão-de-obra temos de apelar para a imigração e isso exige providências várias de difícil execução.

A política de crédito, que o Banco do Brasil vem executando, visa corrigir muitos desajustamentos, mas não pode eliminar todos os obstáculos existentes. Tem procurado estimular o aumento da produção de bens de consumo e extinguir tôdas as especulações; tem facilitado o financiamento da produção agrícola e principalmente a de gêneros alimentícios; tem desencorajado as operações que redundem em investimentos adiáveis ou em retenção de estoques de mercadorias.

Falta, pois, aos inflacionistas qualquer fundamento para impugnar a atual política de crédito, visto que tem ela visado sòmente o amparo dos verdadeiros interêsses da economia nacional.

* * *

Durante o ano de 1947, tanto a Carteira de Redescontos como a Caixa de Mobilização Bancária desempenharam importante papel na solução de vários casos de grande relevância para a economia do País. Também críticas injustas ocorreram em tôrno da ação dêsses órgãos, que funcionam no Banco do Brasil. Referiram os críticos que o volume das operações da Carteira de Redescontos havia passado de 3.115 milhões de cruzeiros, em janeiro, a 871 milhões, em fevereiro, significando essa queda uma drástica deflação de crédito. Clamando contra essa violenta baixa, esqueceram-se, todavia, de lhe esclarecer o motivo, que proveio sòmente do fato de haver o Govêrno, em virtude da Lei n.º 16, de 17 de fevereiro de 1947, procedido à encampação de emissões de papel-moeda de responsabilidade da Carteira de Redescontos no valor de 2.250 milhões de cruzeiros. Através de lançamentos contábeis foram liquidados redescontos do Banco do Brasil, em igual valor, e o Tesouro creditado no Banco pelos 2.250 milhões de cruzeiros. Não houve, porém, baixa de volume de redescontos dos demais bancos, que, no contrário, aumentaram.

O assunto, entretanto, está amplamente esclarecido nos capítulos competentes dêste relatório.

Em 31 de dezembro de 1947, montavam os redescontos a 1.473 milhões de cruzeiros

* * *

Sôbre a Caixa de Mobilização Bancária, cujo objetivo, de acôrdo com o Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932, que a instituiu, é o de promover a mobilização de importâncias aplicadas em operações seguras, mas de demorada liquidação, realizadas pelos bancos de depósitos e descontos, também muitas críticas infundadas apareceram. A mais corrente foi a de que o Banco do Brasil era o maior cliente da Caixa de Mobilização Bancária e absorvia-lhe a quase totalidade dos recursos em operações de seu próprio interêsse. Tal crítica não tem, entretanto, qualquer fundamento, porque o Banco do Brasil nada deve à Caixa de Mobilização Bancária desde 26 de maio de 1947, data em que liquidou o pequeno débito de 59 milhões de cruzeiros, que existia desde junho de 1943.

Os empréstimos feitos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária montavam, em 31 de dezembro de 1947, a Cr$ 1.319.564.000,00. Êsses empréstimos foram custeados com os recursos próprios da Caixa de Mobilização, requisitados ao Tesouro Nacional, no montante de Cr$ 559.549.000,00, e com os recursos fornecidos pelo Banco do Brasil, no valor de Cr$ 760.015.000,00. Destarte, em vez de esgotar os recursos da Caixa de Mobilização Bancária para operações de proveito próprio, conforme propalavam os críticos, havia o Banco do Brasil, até 31 de dezembro de 1947, lhe fornecido recursos no valor de mais de 760 milhões de cruzeiros.

São expressivos os algarismos referentes aos empréstimos feitos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária, a partir de 1945.

Em 31 de dezembro de 1945, ascendiam os empréstimos a Cr$ 163.825.000,00; em igual data de 1946, a Cr$ 610.200.000,00, e na mesma data, em 1947, a Cr$ 1.319.564.000,00.

Êsses algarismos dispensam quaisquer comentários e revelam a orientação da política de crédito do Govêrno que o Banco do Brasil tem procurado executar com fidelidade e prudência.

Mobilizando o ativo dos bancos congelado em empréstimos a prazo longo — imóveis, hipotecas, etc. — facilita-lhes a Caixa de Mobilização a possibilidade de atender às retiradas dos depositantes.

* * *

A Superintendência da Moeda e do Crédito continuou, em 1947, a prestar reais serviços ao país e funcionou reiteradas vêzes como verdadeiro Banco Central, solucionando com presteza e segurança situações muito embaraçosas.

Foram os recursos por ela fornecidos à Carteira de Redescontos que permitiram ao Banco do Brasil deter, prontamente, as graves ocorrências bancárias irrompidas, em São Paulo, em fins de junho de 1947. Com êsses recursos, que montaram a perto de 627 milhões de cruzeiros, pôde a Superintendência da Moeda e do Crédito aumentar a circulação monetária, sem emissão de papel-moeda.

O numerário suprido à Carteira de Redescontos estava guardado em cofres da Superintendência da Moeda e do Crédito e provinha dos "Depósitos Compulsórios" determinados pelo decreto-lei n.º 9.159, que regulou a distribuição de lucros e instituiu o "Impôsto Adicional de Renda".

Das ásperas provas a que tem sido submetida a Superintendência da Moeda e do Crédito, evidencia-se ser ela um órgão imprescindível à solução dos nossos atuais problemas bancários. Sua eficiência já foi largamente comprovada e, assim, com êsse órgão, deveremos preparar o caminho para a instalação do Banco Central.

* * *

Surgiram ùltimamente algumas críticas sôbre a má aplicação das nossas divisas, que estariam sendo consumidas em pagamento de bugigangas, com imenso prejuízo para a economia do país.

Também voltaram os inexoráveis inflacionistas a afirmar que o ouro que possuímos constitui lastro de nossa moeda. Convém, pois, repetir, agora, o que já foi dito em nosso relatório do exercício de 1945, para avivar a memória dos esquecidos: "Não é verdade que êsse ouro constitua ou possa vir a constituir lastro de nossa moeda. Lastro é o ouro que serve de base a uma moeda-papel conversível e que por ela possa ser trocado quando o portador assim o desejar. Nossa circulação é de papel-moeda inconversível e o ouro que possuímos no exterior promanou dos saldos positivos da nossa balança de contas e pôde ser acumulado pela razão de muito havermos exportado e pouco têrmos podido importar, em conseqüência do período de guerra. Êsse ouro vai servir para pagar as importações de máquinas, instalações e demais bens de produção necessários ao reaparelhamento industrial da Nação e, ainda, para constituir reservas de câmbio."

Na ânsia de confundir, afirmaram ainda os críticos que o Govêrno estaria obrigado a retirar da circulação um valor de papel-moeda correspondente ao das divisas que tivessem sido utilizadas, visto representarem elas lastro dessa moeda. Essa afirmação é também infundada, porquanto aquilo que o decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942, determinou foi que "tanto as emissões oriundas do redesconto como as decorrentes dos empréstimos a bancos, mediante as requisições de que trata o art. 2.º da lei n.º 449, de 14 de junho de 1937, e o art. 4.º do decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932, seriam garantidas pelas disponibilidades do Govêrno, em ouro e em cambiais na proporção de 25%". Em virtude de dispositivo expresso do artigo 3.º, ficou vedado qualquer outro processo de emissão a não ser pelo que foi indicado no referido decreto-lei. O art. 4.º dispôs que "o papel-moeda em circulação, não emitido de acôrdo com o art. 2.º seria gradativamente recolhido, segundo instruções do Govêrno.

É, portanto, pura fantasia a aludida obrigatoriedade de recolher um valor de papel-moeda equivalente ao das divisas consumidas em pagamento de utilidades.

Quanto à aplicação de divisas em bugigangas, ainda claudicam os impenitentes críticos, visto que, em 1947, as percentagens relativas ao volume das mercadorias importadas foram as seguintes: matérias primas 69%; gêneros alimentícios, incluindo trigo e farinha de trigo, 14,3%; manufaturas, inclusive máquinas, ferramentas e utensílios, 16,6%.

* * *

Críticos tendenciosos freqüentemente asseveram que o Banco do Brasil tem delxado de amparar as atividades rurais para incrementar as aplicações de caráter puramente comercial, procurando ardilosamente justificar tais afirmações com os algarismos colhidos em nossas publicações oficiais. De fato, comparando-se os valores da rubrica "Empréstimos Rurais", do ativo dos nossos balanços, em 31 de dezembro de 1945-1947, apareceria uma diminuição de 1.228 milhões de cruzeiros. Mas essa diferença, por si só, sem outras informações, não constitui elemento seguro para autorizar o perito consciencioso a concluir que as aplicações agrícolas se reduziram. Preliminarmente, deverá ser conhecida a discriminação do título contábil "Empréstimos Rurais", isto é, a natureza das operações englobadas na mencionada rubrica. Essa rubrica de nossos balanços engloba as operações de vários financiamentos de algodão em pluma, de responsabilidade do Tesouro Nacional, feitos através da nossa Carteira Agrícola e Industrial, os empréstimos pecuários e os agrícolas. Os financiamentos de algodão resultaram da inexequibilidade das exportações durante o período da última guerra, mas, acabada essa, restauraram-se as trocas internacionais e os empréstimos foram paulatinamente se liquidando até ficarem encerrados em 15 de dezembro de 1947. Além da liquidação dêsses financiamentos, concorreram, ainda, para a aludida diferença, as amortizações normais e as importâncias levadas a créditos em liquidação dos empréstimos pecuários.

Não houve assim qualquer redução dos empréstimos agrícolas.

No capítulo competente dêste relatório há explicação minuciosa sôbre o assunto.

* * *

Outra crítica infundada dos inflacionistas, mas difundida com estardalhaço, concerne ao aumento dos empréstimos no Distrito Federal, os quais, entre 1945 e 1947, apresentaram um crescimento no valor de 1.320 milhões de cruzeiros. Êsse aumento, entretanto, não resultou de aplicações feitas no Distrito Federal em empréstimos de natureza comercial e em detrimento da produção nacional, como assoalharam críticos pressurosos, mas, ao contrário, provém de operações feitas por nossa Agência Central para atender à economia de vários Estados. Assim, os empréstimos no Distrito Federal abrangem as aplicações feitas através da Caixa de Mobilização Bancária, com recursos fornecidos pelo Banco do Brasil, que beneficiaram bancos sediados fora do Rio de Janeiro e financiamentos da produção de vários Estados, tanto do norte como do sul do País.

* * *

Porfiam alguns comentadores da presente política econômico-financeira em atribuir o aumento do custo da vida à escassez de produção provocada pela suposta deflação efetuada pelo Banco do Brasil.

Outros, entretanto, consideram a alta dos preços das utilidades uma conseqüência da inflação, que, a seu ver, não tem sido eficazmente combatida pelo Banco do Brasil. Acentuam êstes que, apesar de terem cessado as emissões, os meios de pagamento existentes ainda são excessivos em relação ao volume da produção do país.

Ante a diversidade dos comentários, o assunto merece ser apreciado. Inicialmente, compete-nos salientar que a política econômico-financeira executada pelo Banco do Brasil não é de deflação, mas sim de combate à inflação. A palavra deflação costuma ser empregada em várias acepções e no sentido mais radical significa redução dos instrumentos de circulação. O problema da deflação, no sentido radical, consiste em reduzir a moeda em circulação, cujo excesso facilita a criação exagerada de poder de compra através de créditos bancários. Essa deflação visa diminuir a quantidade de moeda em circulação para obrigar os bancos a reduzir o volume dos empréstimos.

A experiência tem demonstrado que o processo da deflação não é simétrico ao da inflação e por isso não exerce sôbre o nível dos preços um efeito exatamente inverso. Além disso, os fatos têm comprovado que o nível de preços oferece grande resistência à redução do poder de compra do público. Na inflação é fácil e rápida a propagação da alta de preços, mas a baixa, na deflação, é em geral, lenta e hesitante.

Na execução da política econômico-financeira do Govêrno, o Banco do Brasil não praticou a deflação, porém, opôs-se à inflação, executando providências tão acertadas que lhe permitiram estancar as emissões, ao fim apenas de um ano de esforços.

Durante o segundo semestre do ano de 1947 houve uma forte pressão de alta de preços de produtos alimentícios, provinda do exterior. Foi um reflexo da grande elevação dos preços dêsses produtos nos mercados dos Estados Unidos. Também internamente houve alguns fatôres que influiram no mesmo sentido.

Agora, entretanto, quando os preços dos alimentos baixaram nos mercados norte-americanos, é lícito vislumbrar indícios favoráveis e tendência para melhoria.

* * *

Caracterizou-se o ano de 1947, no campo econômico-financeiro, por fatos que demonstram claramente que a Nação está reagindo e trilhando com firmeza a estrada da recuperação.

Além do estancamento das emissões, permitiu a execução orçamentária que o exercício passado se encerrasse com um superavit de 460 milhões de cruzeiros, tanto mais significativo quanto, no exercício de 1946, o deficit montou a 2.633 milhões de cruzeiros.

* * *

Os algarismos e os fatos que revelamos comprovam a restauração da ordem financeira.

Estando o Govêrno firmemente decidido a perseverar na política de rigoroso cerceamento das despesas não essenciais e de aperfeiçoamento da arrecadação, podemos prever dias mais prósperos para a Nação.

Abril de 1948. — **Manoel Guilherme da Silveira Filho**, Presidente.

CREME DE MILHO
« LUX »

Em pacotes de celofane
de 1 quílo e de ½ quílo

O alimento perfeito para Crianças e Adultos

PRODUTO MUITO IMITADO
MAS NUNCA IGUALADO

PRODUTO DO

MOINHO DA LUZ

—— Exija do seu fornecedor A MARCA "LUX" ——

DIANDA, LOPEZ & CIA. LTDA.

"MOINHO GUANABARA"

FARINHA DE TRIGO MARCA "SINHÁ"

•

ESCRITÓRIO

Rua Buenos Aires, 48 - 4.° andar

Telefones 23-1950 e 23-1959

Caixa postal 3393 - End. telegr. "Dialop"

•

"MOINHO GUANABARA"

Avenida Rio de Janeiro, 345

RIO DE JANEIRO

QUANDO OS PAIS DISPÕEM de bons rendimentos, as crianças "nascem feitas" e a preocupação se reduz a cercá-las de carinhos e adivinhar os seus caprichosos desejos; porém, para assegurar o gôzo dêsse hábito de felicidade, que constituirá a sua segunda natureza, é indispensável consolidar a estabilidade dêsse confôrto por meio de um pecúlio garantido, subscrevendo títulos da Prudência Capitalização.

Peça a presença de um nosso agente ou procure, consultando-nos, conhecer as vantagens seguras dos nossos diversos planos.

PRUDENCIA CAPITALIZAÇÃO

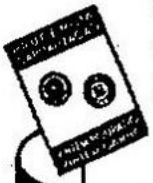
★ COMPANHIA NACIONAL PARA FAVORECER A ECONOMIA ★

PAHAM • Caso de Amigos

P - 5010

GARIMPAR E' ENRIQUECER

O garimpeiro, na sua labuta diária está com os olhos fitos na gema grande ou na pepita volumosa. Mas a sua estabilidade financeira está no que bateia todos os dias... Seja o garimpeiro de suas próprias finanças, peneirando todos os meses um pouco de suas economias, para transformá-las num sólido pecúlio. Adquira um título de PRUDÊNCIA CAPITALIZAÇÃO e no fim da jornada poderá fazer entrega aos seus, de valiosa pepita.



COMPANHIA GENUINAMENTE NACIONAL PARA FAVORECER A ECONOMIA

PRUDÊNCIA CAPITALIZAÇÃO

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura